HAL open science

# A imprensa e o jornalismo português em França: da implantação da Primeira República à Revolução dos Cravos de 1974

Victor Pereira

▶ To cite this version:

Victor Pereira. A imprensa e o jornalismo português em França: da implantação da Primeira República à Revolução dos Cravos de 1974. Para uma história do jornalismo português no mundo, 2021, 10.34619/jmfl-lanl . hal-03448608

HAL Id: hal-03448608

https://univ-pau.hal.science/hal-03448608v1

Submitted on 1 Dec 2021

**HAL** is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

# A imprensa e o jornalismo português em França: da implantação da Primeira República à Revolução dos Cravos de 1974

## *The Portuguese press and journalism in France: from the implantation of the First Republic to the Carnation Revolution of 1974*

**Victor Pereira**

**Université de Pau et des Pays de l'Adour / Instituto de História Contemporânea / FCSH/UNL**
**victor.pereira@univ-pau.fr**
**ORCID ID: 0000-0002-2356-1578**



**DOI:** https://doi.org/10.34619/jmfl-lanl

**Resumo:** A vinda de perto de um milhão de portugueses em França entre 1910 e 1974 levou ao nascimento de cerca de 160 títulos de imprensa portugueses, jornais ou revistas frequentemente efémeros, com pequenas tiragens e com uma periodicidade irregular. Estes títulos foram publicados principalmente entre 1964 e 1974, na última década do Estado Novo, durante a fase de imigração massiva de emigrantes e exilados portugueses em França. Durante esta década, apareceram 150 títulos em França. Este texto analisa a história da imprensa portuguesa em França, articulando-a com a história da emigração e do exílio político.

**Palavras-chave :** imprensa; França; emigração; transnacionalismo; exílio.

**Abstract:** *The arrival of nearly a million of Portuguese in France between 1910 and 1974 led to the birth of about 160 Portuguese press titles, newspapers or magazines, often ephemeral, with small print runs and irregular periodicity. These titles were published mainly between 1964 and 1974, in the last decade of the New State, during the phase of massive immigration of Portuguese emigrants and exiles in France. During this decade, 150 titles appeared in France. This text analyses the history of the Portuguese press in France, articulating it with the history of emigration and political exile.*

**Keywords:** *press; France; emigration; transnationalim; exile.*

Entre 1910, data da implantação da República em Portugal, e 1974, quando a Revolução dos Cravos pôs fim a 48 anos de ditadura, cerca de um milhão de portugueses emigraram em França. Entre eles dezenas de milhares de trabalhadores em busca de uma vida melhor, mas também homens e mulheres fugindo às perseguições, esperando encontrar em França, país muitas vezes idealizado, a liberdade e meios para lutar contra o regime instalado em Lisboa. A elite política e cultural portuguesa sendo francófila, intelectuais, artistas, académicos e jornalistas também residiram em França, por vezes expulsos do seu país por causa das suas opiniões políticas.

A imigração de trabalhadores portugueses para França, entre 1910 e 1974, conheceu três fases principais. A primeira fase durou de 1916 a 1931. As necessidades de mão-de-obra da França durante a Grande Guerra levaram à assinatura de um acordo de mão-de-obra luso-francês em Outubro de 1916 (Pereira, 2017a). Cerca de 15 000 portugueses partiram trabalhar em França durante o conflito. Depois, durante a reconstrução de uma parte do território francês destruído pela Segunda Guerra Mundial, 75 000 portugueses foram para França entre 1919 e 1931 (Pereira, 2018). Em 1931, cerca de 50 000 portugueses eram recenseados em França. A segunda fase é marcada pela crise e pela guerra. Em 1931, perante os efeitos da crise económica mundial que afetava o hexágono, as autoridades francesas deixaram de aceitar a imigração de trabalhadores e começaram a expulsar os estrangeiros. Os portugueses, mesmo que não fossem os estrangeiros os mais numerosos, foram particularmente afetados pelas expulsões, repatriações e o desemprego. Durante a década de 1930, a população portuguesa em França diminuiu e aqueles que conseguiram ficar eram vulneráveis, constantemente ameaçados pelo desemprego, temendo ser expulsos num clima de xenofobia crescente. Em

1940, perante a invasão alemã de grande parte do território francês, centenas de portugueses voltam para Portugal, incluindo exilados que arriscavam ser presos em Portugal. Do fim dos anos 1930 até ao fim dos anos 1950, 20 000 portugueses vivem em França. Com efeito, o fim da guerra e o início da reconstrução não marcaram o reinício da imigração lusa, uma vez que a ditadura portuguesa, dominada por António de Oliveira Salazar desde 1932, fez o seu possível para impedir as partidas para França. Apenas no final da década de 1950 começa a terceira fase, a fase da imigração massiva e largamente irregular. Em 1957 e 1974, 900 000 portugueses entraram em França, a maioria deles sem passaporte e sem contratos de trabalho, como exigido pela lei francesa e portuguesa (Pereira, 2014). Esta chegada irregular tinha por consequências a vulnerabilidade dos trabalhadores imigrantes, vulnerabilidade que moldou os primeiros anos de vida dos Portugueses em França e marcou profundamente as suas relações com a sociedade francesa mas também com as autoridades portuguesas. Dezenas de milhares fugiram de Portugal para evitar participar nas guerras coloniais que começaram em 1961, para escapar à opressão, à prisão e para viver livremente. Como veremos, não é sempre fácil distinguir os chamados imigrantes económicos dos chamados imigrantes políticos.

A presença de portugueses em França ao longo dos anos 1910-1974 levou ao nascimento de cerca de 160 títulos de imprensa portugueses, jornais ou revistas frequentemente efémeros, com pequenas tiragens e com uma periodicidade irregular. Estes títulos foram publicados principalmente entre 1964 e 1974, na última década do Estado Novo, durante a fase de entrada massiva de emigrantes e exilados portugueses em França. Durante esta década, apareceram 150 títulos em França. É em 1973 que o maior número de títulos é publicado: mais de 60!

Esta florescência dos anos 1964-1974 contrasta com a escassez de títulos durante as décadas anteriores. De fato, se excluirmos os jornais ligados ao exílio liberal de 1828 a 1834 (Faria, 2016; Ramos, 1972), apenas uma dezena de títulos foram publicados antes dos anos 1960. Existem várias razões que podem explicar esta escassez: até aos anos 1960, havia poucos portugueses em França (o máximo é de 49 000 em 1931) e uma grande parte deles eram analfabetos. Com efeito, devido ao muito limitado investimento do Estado português na educação, 70% da população — e portanto principalmente as populações rurais que constituem os principais contingentes de emigrantes — era analfabeta em 1900. Esta proporção diminuiu ao longo do século, mas ficando sempre muito alta, em comparação com a maioria dos países da Europa Ocidental (Ramos, 1988; Ramos, 1998). Em 1960, 40% das mulheres e 30% dos homens ainda eram analfabetos. Este fenómeno explica, portanto, em grande parte, a razão do aparecimento tardio dos títulos portugueses em França. Estes dados devem também alertar-nos sobre o hiato que existe em grande parte desta imprensa. Ela é produzida por indivíduos com capitais sociais e culturais distintos da maioria dos emigrantes portugueses em França, indivíduos que, no entanto, afirmam falar em nome dos emigrantes, definindo-os, em função da orientação política, como trabalhadores e/ou portugueses. Porém, alguns destes porta-vozes têm um eco reduzido junto das pessoas que pretendem representar, não

partilhando sempre as suas condições de vida e de trabalho. Esta escassez de títulos até aos anos 1960 deve-se também às restrições impostas pelas autoridades francesas. Tanto na década de 1930 como nas décadas de 1950 e 1960, as autoridades francesas proibiram alguns títulos portugueses em nome da manutenção das boas relações entre a França e Portugal, da defesa da ordem pública e e do combate à subversão. Embora a lei francesa sobre a liberdade de imprensa de 29 de Julho de 1881 proteja a imprensa "contra ameaças administrativas" (Chupin et al., 2012, p. 36) e ponha fim às "muitas formas de censura explícita ou disfarçada" (autorização prévia, fiança, imposto de selo, delitos de imprensa) (Neveu, 2004, p.14), ela impõe restrições específicas aos estrangeiros. De fato, segundo o artigo 6 "qualquer jornal ou periódico deve ter um gestor. O gerente deve ser francês"[1]. Esta lei foi alterada várias vezes nas décadas seguintes, particularmente durante períodos de tensões políticas e diplomáticas. Nestes períodos, os estrangeiros eram designados como desordeiros (ataques anarquistas na década de 1890, discursos sobre a "quinta coluna" e estrangeiros subversivos no final da década de 1930) (Noiriel, 2007). Assim, a lei de 22 de Julho de 1895 previa que "os jornais publicados em França numa língua estrangeira" poderiam ser proibidos por uma decisão especial deliberada pelo Conselho de Ministros, enquanto que o Ministro do Interior poderia proibir a "circulação de uma edição"[2]. No fim dos anos 1930, sob o governo Daladier, enquanto as autoridades preparavam um conflito contra a Alemanha nazi e promulgavam vários textos que limitavam a liberdade dos estrangeiros considerados como uma ameaça à segurança nacional, um decreto aumentou o controlo da imprensa estrangeira. O texto de 6 de Maio de 1939 previa que "a circulação, distribuição ou venda em França de jornais ou periódicos, escritos ou não numa língua estrangeira, pode ser proibida por decisão do Ministro do Interior"[3]. As penas de prisão e as multas punem a venda de jornais proibidos ou a retoma destas publicações com um título diferente. Este arsenal legislativo, que reduz a liberdade das publicações em língua estrangeira sem controlo judicial, durou até ao início dos anos 2000 e levou muitos estrangeiros a infringir a lei. Várias publicações em língua portuguesa não tinham um gerente francês (nem português), não se declararam ao Ministério Público e não cumpriam a exigência de depósito legal. Em consequência, muitos títulos são difíceis de localizar por não terem sido recolhidos pela Biblioteca Nacional de França. Além disso, alguns jornais distribuídos em França eram impressos em Portugal, nomeadamente por razões económicas, e não estão, portanto, sujeitos à legislação francesa.

Este panorama da imprensa de língua portuguesa publicado em França entre 1910 e 1974 não pode pretender ser exaustivo. O contornamento das restrições legislativas à imprensa

1 Lei do 29 de Julho de 1881 sobre a liberdade de imprensa: https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/JORFTEXT000000877119/1939-08-03
2 Lei do 22 de Julho de 1895: https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/LEGITEXT000006070726/1895-07-24/
3 Decreto-lei de 6 de Maio de 1939: https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/JORFTEXT000000877119/1939-05-07

publicada por estrangeiros, os modestos recursos de muitas publicações e as pequenas tiragens implicam que a grande maioria destes títulos não se encontram na *Bibliothèque nationale de France* ou noutras bibliotecas, tanto em França como em Portugal. É necessário passar por várias bibliotecas e centros de arquivo privados ou públicos para consultar estas publicações. Contudo, os esforços de digitalização de certas publicações periódicas, tanto em França como em Portugal, empreendidos nos últimos anos, tornaram possível o acesso a alguns destes títulos. O nosso trabalho baseia-se principalmente nos jornais que pudemos consultar na *Bibliothèque nationale de France* (que desenvolve há vários anos o portal *Gallica* com milhares de jornais digitalizados[4]), na Biblioteca nacional portuguesa (que disponibiliza alguns periódicos num portal[5]), na Hemeroteca municipal de Lisboa[6], na biblioteca *La Contemporaine* (antiga *Bibliothèque internationale de documentation internationale* em Nanterre) que possui vários fundos relativos à esquerda radical[7], no sítio da associação *Génériques* em Paris que desenvolveu o portal *Odysseo*[8], no Centro de documentação 25 de Abril, ligado à Universidade de Coimbra[9], nas coleções disponibilizadas pelo portal Casa Comum da Fundação Mários Soares[10], na coleção privada de José Pacheco Pereira (consultável, em parte, no sítio Ephemera[11]). Alguns títulos podem também ser encontrados nos Arquivos da PIDE/DGS, na Torre do Tombo, em Lisboa. Com efeito, a polícia política abria ficheiros relativos às várias publicações do exílio, obtendo-as violando correspondências provenientes de França (tentando assim impedir à circulação destes títulos em Portugal) ou ordenando aos seus agentes de passagem por Paris de as comprar nas livrarias. Para além de consultar periódicos, procurámos também informações sobre os autores destas publicações, as suas fontes de financiamento, a sua distribuição e, tarefa mais difícil, a sua receção. Para o efeito, consultámos um grande número de arquivos tanto em França como em Portugal. Apesar das pesquisas efetuadas nestes vários centros de arquivo e dos trabalhos publicados sobre a imprensa portuguesa publicada no estrangeiro em geral (Volovitch-Tavares, 1995; Clímaco, 1995; Pereira, 2013; Ferreira, 2016) ou sobre alguns títulos em particular (Escande, 1974; Clímaco, 1992; Cruz, 1996; Sousa, 2019; Ferreira, 2020 ; Espírito Santo, 2020), muitos aspetos ainda devem ser desbravados e exigem um estudo mais aprofundado.

Por uma questão de clareza, favorecemos uma abordagem cronológica, distinguindo dois períodos principais. O primeiro decorre entre os anos 1910 e o final dos anos 1950. Poucos títulos foram publicados durante este período e só nos anos 1930 é que alguns jornais

4 https://gallica.bnf.fr
5 https://bndigital.bnportugal.gov.pt
6 http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt
7 http://www.lacontemporaine.fr
8 http://odysseo.generiques.org
9 http://www.cd25a.uc.pt
10 http://casacomum.org/cc/arquivos
11 https://ephemerajpp.com

tentaram chegar aos milhares de trabalhadores portugueses que viviam em França. O segundo período decorre de 1962 a 1974 e é marcado pela multiplicação de títulos de diferentes sensibilidades que podem ser classificados em quatro grupos principais: publicações que apoiam, mais ou menos abertamente, as autoridades portuguesas; jornais lançados pelos sindicatos franceses para informar os trabalhadores recém-chegados, que desconhecem os seus direitos e são particularmente vulneráveis; títulos animados por militantes dos partidos comunistas francês e português e, finalmente, jornais da esquerda radical (principalmente movimentos maoístas), publicações que são quantitativamente as mais numerosas. Obviamente, alguns títulos não encaixam nestas categorias. Por exemplo, não estudaremos os boletins das câmaras de comércio luso-portuguesas sediadas em Paris.

## 1. De 1910 ao fim dos anos 1950: uma imprensa variada sob uma dupla vigilância

### 1.1. A imprensa monarquista

Até 1910, salvo a chegada de judeus escapando às perseguições a partir do final do século XV e a chegada — reduzida numérica e socialmente — de exilados fugindo a agitação política portuguesa (como os liberais entre 1828 e 1834 (Tanguy, 2002; Faria, 2016)), poucos portugueses residiam em França. No final do século XIX, os censos nunca contaram mais de 1350 portugueses. Em 1910, depois da Revolução do 5 de Outubro, alguns exilados monárquicos instalaram-se em França, particularmente no País Basco, como Henrique Paiva Couceiro ou João Franco, Primeiro-Ministro de 1906 a 1908. O País Basco tinha a vantagem de ser uma região turística (com hotéis, casas para alugar) e o território francês mais próximo de Portugal, ligado a Lisboa pelo comboio (pela linha do Sud-Express). Tanto nos anos 1910 como nos anos 1920 e 1930, vários portugueses, com mais posses, instalaram-se assim nesta área. Nos anos 1910, alguns destes exilados pretendiam restaurar a monarquia e mantinham-se informados sobre a situação portuguesa. Em Outubro de 1911, o comissário especial de Hendaye, cidade na fronteira franco-espanhola, relatava que "o antigo Primeiro-Ministro Franco e o seu filho vão, todos os dias, à passagem do Sud-Express, à estação da Négresse e pedem informações aos portugueses que podem reconhecer, bem como aos empregados dos carros-cama que vêm diretamente de Lisboa"[12]. No exílio, alguns

12 Relatório do comissário especial de Hendaye dirigido ao prefeito dos Pirenéus Inferiores, 6 de Outubro de 1911, Archives départementales des Pyrénées-Atlantiques, 4 M 183.

monárquicos escreveram muito e participaram na renovação ideológica de parte da direita monárquica (Pinto, 1982; Lloyd-Jones, 2003; Santos, 2009), uma renovação que foi em grande medida inspirada pela *Action française* e pelo efervescência intelectual nacionalista que a França experimentava desde o final do século XIX (Sternhell, 1972; Sternhell, 2000; Huguenin, 2011). Monárquicos exilados em França como Alberto Monsaraz, Fernando Rolão Preto ou Henrique Paiva Couceiro colaboram na primeira publicação do Integralismo Lusitano, *Alma Portuguesa*, que apareceu na Bélgica em 1913.

Entre os monárquicos exilados em França, um dos mais prolíficos foi Francisco Manuel de Homem Cristo (filho). Depois de abraçar ideais anarquistas na sua juventude, Homem Cristo converteu-se ao catolicismo e tornou-se uma das principais penas dos monárquicos em França, onde se exilou em 1911 (Sardinha-Desvignes, 2017). Em 1912, colaborou no jornal *O Povo de Aveiro no Exílio*, dirigido em Paris pelo seu pai, um antigo republicano que se opôs à Afonso Costa e que deixou Portugal em 1910. No primeiro número do jornal, publicado em Outubro de 1912 e que contém artigos em português e em francês, é afirmado que é o 31º ano de publicação, invocando assim a continuidade com o jornal fundado por Homem Cristo (pai) em 1882. O jornal publica fortes críticas contra a República e os líderes republicanos apresentados como bandidos. No segundo número é dirigido um apelo aos leitores:

> pedimos a todos os portugueses que não hesitem em trazer ao nosso conhecimento a história de todos os escândalos, patifarias, atentados de que tiverem conhecimento. Sobretudo aos portugueses que residem em Portugal. Portugal não tem jornais d'oposição e os poucos, pouquíssimos, que existem ou podem existir, nada podem dizer porque não lho consente a oligarquia de malandros que domina aquela terra desgraçada. Aqui diz-se tudo. Só pomos uma condição: que as comunicações que nos mandarem sejam rigorosamente verdadeiras. Com verdade, venha tudo, que tudo entornaremos, como chumbo derretido, sobre a cabeça dos bandidos.[13]

O tom é fortemente polémico e vários indivíduos são atacados. Por exemplo no terceiro número, Homem Cristo filho publica uma carta anónima acusando António Almada Negreiros, correspondente do *Século*, de ser um jornalista corrupto e servil: "ele é um canalha que qualquer um pode comprar, barato"[14]. Este ataque não para nas colunas dos jornais. A 31 de Outubro de 1912, um duelo à espada opôs Almada Negreiros e Homem Cristo filho, em pleno Paris. No duelo arbitrado por um jornalista do *Le Figaro*, Homem Cristo filho é ferido, mas isto não o impede de continuar a escrever artigos polémicos. Para além das suas colaborações com vários jornais franceses, brasileiros, espanhóis e italianos, Homem Cristo filho publica

13 "Expediente". *O Povo de Aveiro no Exílio*, nº 2, 21 de Outubro de 1912, p. 2. A ortografia foi atualizada.
14 Homem Cristo Filho, "Ainda o Negreiro". *O Povo de Aveiro no Exílio*, nº 3, 28 de Outubro de 1912.

*La contre-révolution* em 1913. O primeiro número não esquece de fazer referência ao jornal do seu pai, que "publica um artigo semanal em francês do Homem Christo filho para informar o público estrangeiro sobre as atividades da 'camorra' de Lisboa"[15]. A maioria dos artigos é assinada pelo próprio Homem Cristo filho. Manuel II, o rei derrubado em 1910, é elogiado enquanto os líderes republicanos, incluindo Afonso Costa e Afonso Maria da Silva, são duramente criticados. No final da publicação, é prometido que "o próximo número (...) conterá revelações verdadeiramente sensacionais sobre o bando que aterrorizou Portugal durante dois anos e é a vergonha da Europa civilizada"[16]. Mas apenas o primeiro número parece ter visto a luz do dia. Este volume de *La contre-révolution* também contém um artigo de Aníbal Soares, outro jornalista monárquico exilado em França, que em Outubro de 1912 lançou uma revista semanal, *Chronica do Exílio*. Esta publicação denuncia também os líderes republicanos (principalmente Afonso Costa, odiado pelos monárquicos, particularmente por causa da lei de separação do Estado e da Igreja que defendeu em 1911) e afirma preparar a restauração da monarquia. Soares é o único autor dos textos no semanário que não contém ilustrações. São publicadas conversas que Soares teve com o rei Manuel II, exilado em Inglaterra, ou com Léon Poinsard, uma das figuras da escola de ciências sociais inspirada na obra de Frédéric Le Play. Poinsard tinha sido convidado em 1909 por Manuel II para fazer um estudo sociológico de Portugal, na perspetiva duma reforma social que o rei pretendia iniciar (Poinsard, 1910; Ágoas, 2013, p. 226) Até Novembro de 1913, Aníbal Soares publicou 39 números.

Os artigos de Homem Cristo, pai e filho, que vilipendiaram constantemente as principais figuras republicanas, provocaram uma reação do governo de Lisboa e do seu representante em Paris, João Chagas, antigo jornalista e uma das principais figuras do Partido Republicano, que era, ele próprio, severamente atacado nas páginas de *O povo de Aveiro no exílio*. João Chagas mantinha-se particularmente atento às ações dos monárquicos em França, temendo que estivessem a preparar revoluções ou novas incursões em território português (depois das incursões lideradas por Paiva Couceiro em 1911 e 1912 (Valente, 2006)). A embaixada portuguesa em França protesta assim contra a publicação de *O Povo de Aveiro no Exílio* e os artigos que considera difamatórios (Novais, 2006). Chagas pensa ter a lei do seu lado. A lei sobre a liberdade de imprensa de 1881 prevê penas de prisão e multas em caso de ofensa pública de chefes de Estado estrangeiros (artigo 36) e de diplomatas "acreditados junto do Governo da República" (artigo 37). Em Novembro de 1912, os dois jornalistas são informados de que devem deixar a França. Ambos tentam protestar e apelam aos jornalistas franceses, invocando a liberdade da imprensa e de expressão. Acabam no entanto por ir para a Grã-Bretanha. João Chagas não se vê livre dos dois jornalistas. Num texto publicado a 19 de Fevereiro de 1913,

15 *La contre-révolution. Série de pamphlets. Homem Cristo, Filho*, nº 1, 1 de Fevereiro de 1913, p. 2.
16 *La contre-révolution. Série de pamphlets. Homem Cristo, Filho,* nº 1, 1 de Fevereiro de 1913.

vários diretores de jornais parisienses protestam contra esta expulsão e pedem a Aristide Briand, então Presidente do Conselho francês, o regresso dos Homem Cristo:

> É neste espírito que, recusando seguir o governo republicano de Portugal numa repressão que ultrapassa as fronteiras deste país como os limites dos direitos das pessoas e confiando nos tribunais, que sozinhos têm de ouvir as queixas atribuídas aos MM. Homem Christo, submetemos este protesto à vossa benevolente atenção[17].

O caso torna-se assim público, evocado na Assembleia Nacional francesa, no Conselho de Ministros e alimenta tensões entre Lisboa e Paris. Numa carta enviada ao embaixador português em Londres, João Chagas afirma que Raymond Poincaré, que procura então ser eleito Presidente da República pelos deputados e senadores, temia que o caso Homem Cristo o fizesse perder as vozes dos "reacionários"[18]. Este escândalo, que se prolongou por várias semanas, tende a degradar a imagem da jovem e frágil República Portuguesa em França que teve muitas dificuldades em ser reconhecida pelas grandes potências ocidentais (Meneses & Oliveira, 2011). A intervenção das autoridades portugueses sugere que o governo de Lisboa não respeita a liberdade de expressão, uma das liberdades pelas quais os republicanos franceses lutaram ao longo do século XIX (Charle, 2004). Os republicanos portugueses, ardentemente francófilos e fortemente influenciados pela República Francesa, estão desapontados com a indulgência de Paris em relação aos monárquicos e católicos portugueses. Com efeito, Homem Cristo, pai e filho, podem regressar a Paris e publicar de novo *O Povo de Aveiro no Exílio*. A 27 de Outubro de 1914, no seu diário, João Chagas queixa-se amargamente que "os monárquicos portugueses gozam em França de uma hospitalidade sem limites. Quem os hospeda são os monárquicos franceses e estes têm mais influência em França do que os próprios republicanos" (Chagas, 1929, p. 296). No entanto, Homem Cristo Filho aproveita uma amnistia para regressar a Portugal na primavera de 1914. Antes da sua partida, é organizado um banquete em Paris, com muitos jornalistas e escritores, incluindo Maurice Barrès, um dos mais conceituado intelectual nacionalista neste período. *O Povo de Aveiro no Exílio* deixa assim de ser publicado em Paris.

17 "Le cas de MM. Homem Christo, une protestation des directeurs des journaux parisiens". *L'Aurore*, 19 de Fevereiro de 1913.

18 Carta de João Chagas a Manuel Teixeira Gomes, 4 de Janeiro de 1913. Casa Comum, Arquivo Manuel Teixeira Gomes, pasta 08079/179.

## 1.2. A propaganda republicana durante a Primeira Guerra mundial

Depois destas publicações monárquicas, surge em Junho de 1917 uma publicação apoiada pelo governo republicano em Lisboa, dominado na altura pelo Partido Democrático de Afonso Costa. Em 1916, Portugal entra na guerra contra a Alemanha e os seus aliados. Já em 1914, combates entre tropas alemãs e portuguesas tinham tido lugar em África (no norte de Moçambique e no sul de Angola). No entanto, estes afrontamentos em contexto colonial não tinham conduzido a uma declaração de guerra entre os dois países. O Partido Democrático e os seus principais líderes — Afonso Costa, Bernardino Machado, João Chagas, José Norton de Matos — estavam ansiosos por participar no conflito que estava a dilacerar a Europa. Pensavam que esta participação na guerra asseguraria a manutenção do império colonial português na altura dos acordos de paz e legitimaria uma República frágil nascida em 1910. O Partido Democrático espera criar uma união sagrada (Teixeira, 1996; Meneses, 2015). As autoridades francesas aproveitaram esta vontade das autoridades portuguesas de participar no conflito europeu e obtiveram o direito de recrutar trabalhadores portugueses a partir do final de 1916 (Pereira, 2017a). A partir de 1917, dezenas de milhares de portugueses — tanto soldados como trabalhadores — chegam em França. É neste contexto que surge *Portugal na Guerra*. Esta publicação insere-se no esforço de legitimação da entrada de Portugal na Grande Guerra, entrada longe de ser consensual e que divide a opinião pública portuguesa desde 1914. Intervencionistas e anti-intervencionistas opõem-se e a questão da participação na guerra provoca tensões, revoltas e mesmo revoluções. *Portugal na Guerra* também é dirigida aos aliados de Portugal, principalmente a França e a Grã-Bretanha, para que estejam cientes dos esforços que a República Portuguesa consente. O objetivo é preservar o império colonial português e impedir que uma paz com a Alemanha possa ser negociada à custa de Portugal.

O primeiro número de *Portugal na Guerra* é publicado a 1 de Junho de 1917. O seu diretor é Augusto Pina, um pintor baseado em Paris, e o secretário editorial é José de Freitas Bragança, um intelectual que vive na capital francesa desde 1910. A publicação é ricamente ilustrada com fotografias tiradas por Arnaldo Garcez, o fotógrafo que acompanhou o Corpo Expedicionário Português em França. Vários retratos de governantes e militares portugueses, franceses e ingleses são publicados, simbolizando o esforço comum contra os impérios centrais. A visita a França do Presidente da República Portuguesa, Bernardino Machado, é abundantemente documentada. Alguns artigos relatam a vida quotidiana dos soldados e dos oficiais nas trincheiras num tom propagandístico. A participação portuguesa no conflito é apresentada como o símbolo da "ressurreição"[19] de Portugal que os republicanos encetaram a partir de 1910, acabando com a decadência provocada pela monarquia e pela influência, considerada

19 *Portugal na Guerra*, nº 2, 15 de Junho de 1917, p. 8.

nociva, da Igreja católica. Como o sugere uma rúbrica dedicada aos espetáculos oferecidos em Paris, a publicação parece ser dirigida principalmente aos oficiais do CEP. A publicação não sobrevive à chegada ao poder de Sidónio Pais em Dezembro de 1917 e à partida dos republicanos próximos de Bernardino Machado e de Afonso Costa. A oitava e última edição de *Portugal na Guerra* aparece em Janeiro de 1918. Sidónio Pais nomeia Homem Cristo filho, que tinha deixado novamente Portugal, chefe da missão de propaganda portuguesa em Paris. Apesar de ser monárquico, Homem Cristo filho era um fervoroso defensor da causa Aliada e inimigo da Alemanha. Em Paris, Homem Cristo filho organiza conferências públicas em homenagem ao esforço de guerra português, um esforço que foi no entanto prejudicado pela terrível Batalha de La Lys em 9 de Abril de 1918, durante a qual 7 000 soldados portugueses foram feitos prisioneiros pelos alemães (fato que a propaganda portuguesa tenta esconder, porque sugere que os soldados portugueses renderam-se e não resistiram, não falando de presos mas de perdas) (Meneses, 2018).

### 1.3. Defender a honra de Portugal

A Grande Guerra provocou o primeiro fluxo significativo de trabalhadores portugueses para França. Embora Portugal se tenha recusado a assinar um acordo de trabalho com a França em 1918-1919, 75 000 portugueses vieram trabalhar para a França entre 1919 e 1931 (Pereira, 2018). A esmagadora maioria dos emigrantes eram homens, com nenhuma ou pouca alfabetização, que empregavam-se na construção civil ou em fábricas. Muitos deles tinham como objetivo de regressar a Portugal assim que tivessem dinheiro suficiente. Estas características não favorecem a criação de jornais em língua portuguesa. Assim, tanto quanto sabemos, nenhum jornal escrito por ou dirigido a trabalhadores emigrantes foi criado em França na década de 1920. Mesmo nas regiões do Norte, Pas-de-Calais e Somme, onde alguns soldados portugueses que tinham combatido nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial se estabeleceram, não apareceram jornais, apesar da criação de algumas associações de antigos combatentes.

No entanto, em Junho de 1921, Paulo Osório, jornalista português que vivia em França desde 1910, antigo secretário do Primeiro-Ministro João Franco e correspondente de vários jornais portugueses, publica *Paris-Notícias*, uma edição parisiense do *Diário de Notícias* (Serrano, 2013, pp. 149-150). Publicado em francês, este semanário de quatro páginas pretende aproximar Portugal e a França a nível diplomático, cultural e económico. Os atores das relações luso-francesas são retratados nas páginas do jornal, tais como Philéas Lebesgue, romancista, colaborador da prestigiada revista *Mercure de France* e conhecedor da literatura portuguesa. O semanário destina-se a um público culto e utiliza as receitas dos jornais do século XIX para captar este tipo de leitores (Charle, 2004): colunas sobre a

vida cultural e literária, sobre o desporto, sobre a moda, sobre a bolsa de valores. Uma obra de Eça de Queiroz — *A relíquia* — é publicada em folhetim. O jornal mobiliza também o seu leitorado à volta de causas: uma campanha de subscrição é lançada para a construção de um monumento em honra dos soldados portugueses que morreram nas Flandres. O jornal pretende sobretudo defender a imagem de Portugal em França, país que é frequentemente ridicularizado devido à instabilidade ministerial e à sucessão de revoltas e revoluções. O jornal nega vários rumores relativos à supostas revoltas em Lisboa. Em Janeiro de 1922, Paulo Osório ataca o uso do termo "portugalização" (*portugalisation*) utilizado por jornalistas belgas para expressar a ideia de vassalagem[20]. Este protesto não será um sucesso: nos anos seguintes, Paulo Osório e diplomatas portugueses voltarão a insurgir contra o uso, na imprensa francesa e belga, dos termos "portugalizar" e "portugalização". Assim, em 1926, *O Século* refere que "os portugueses de Paris protestam contra as constantes ofensas que nós são feitas pela imprensa francesa" com o "'neologismo' odioso de 'portugalisar'"[21]. *Paris-Notícias* nunca se refere à presença em França de milhares de trabalhadores portugueses (o censo de 1921 contava 10 788 portugueses). Esta população não é considerada como um potencial leitorado e isto nota-se nos anúncios publicitários publicados pelo título. O semanário deixa de ser publicado em Agosto de 1922, após 67 números. No entanto, Paulo Osório permaneceu em Paris durante o resto da sua existência. Nos anos 20, ele torna-se adido de imprensa da Embaixada de Portugal em Paris, responsabilidade que manteve até ao final dos anos 1950. Além de ser adido da embaixada, Osório continua a ser o correspondente do *Diário de notícias*, apesar dos protestos de outros correspondentes junto à embaixada (*O Século,* pela pena do seu diretor, João Pereira da Rosa, em 1927, e do seu correspondente em Paris, António Almada Negreiros, em 1929, queixam-se dos supostos privilégios do *Diário de Notícias* na embaixada portuguesa em Paris). O *Diário de Notícias* apoia a ascensão política de António de Oliveira Salazar, nomeadamente com as entrevistas dadas pelo Presidente do Conselho a António Ferro (Matos, 2003; Trindade, 2008), entrevistas que deram origem ao livro *Salazar, o homem e a sua obra* em 1933 (Ferro, 1933). Este livro é traduzido em francês em 1934 pela conceituada editora Grasset, com um prefácio de Paul Valéry (Ferro, 1934; Dard & Sardinha-Desvignes, 2018, p. 38). Durante trinta anos, Paulo Osório é um dos atores da difusão de um filosalazarismo em França, mantendo boas relações com jornalistas e editores franceses.

20 Paulo Osório, "Le vilain mot". *Paris-notícias*, n° 36, 9 de Janeiro de 1922.

21 "Os portugueses de Paris protestam contra as constantes ofensas que nós são feitas pela Imprensa francesa". *O Século*, 22 de Maio de 1926.

## 1.4. O Reviralho em França

António de Oliveira Salazar chega ao poder após o golpe militar de 28 de Maio de 1926, levado a cabo em Braga por soldados com sensibilidades e objetivos diferentes. Apenas a vontade de expulsar o Partido Democrático do poder juntou os militares que tomaram o poder em 1926. Após a revolta fracassada de Fevereiro de 1927, alguns republicanos estabelecem-se em França, onde prosseguem a luta contra a ditadura militar (Farinha, 1999; Clímaco, 2017). É criada a Liga de Paris, reunindo membros do Partido Democrático, da Ação Republicana, da Seara Nova, da Esquerda Democrática, e alguns militares. Na capital francesa, vários exilados tentam denunciar a instalação da ditadura em Portugal e apelam à revolta contra a ditadura. A luta passa pela pena. Escrevem manifestos (o Presidente da República deposto, Bernardino Machado, multiplica os manifestos (Marques, 1978)) e a partir de Abril de 1927, a Liga também publica o jornal *A Revolta*. Como notado pelos *Renseignements Généraux*[22], esta publicação não é vendida em Paris mas enviada, clandestinamente, para Portugal. A Liga goza de uma certa tolerância por parte das autoridades francesas porque o jornal que publica não respeita a lei de 1881. De fato, os gestores não são franceses mas sim portugueses. Os artigos denunciam a ditadura, a sua política económica e defendem o regresso da democracia. Tendo dificuldades em ser enviado para Portugal, por causa da vigilância exercida pelas autoridades portuguesas, o jornal deixa de ser publicado após algumas semanas (apenas oito números são publicados). Em 1930, os exilados em Paris publicam *A Liberdade*. O jornal pretende ser mais aberto às diferentes correntes da oposição contra a ditadura. Contudo, apenas dois números foram publicados por causa de recursos financeiros limitados e das dificuldades em introduzir o jornal em Portugal (Clímaco, 2017, pp. 105-111).

Os exilados que se estabeleceram em França, por períodos de tempo variáveis, a partir de 1927, não se interessaram inicialmente aos quase 50 000 trabalhadores portugueses que ali viviam em 1931. A maioria destes trabalhadores eram pouco qualificados, analfabetos ou pouco alfabetizados, afastados da atividade política. Uma grande distância social separava estes exilados e os seus compatriotas em França, distância social que não favorecia contatos e interações. A estratégia dos exilados foca-se num golpe de Estado, organizado principalmente por militares leais à República. Nesta perspetiva, os trabalhadores portugueses em França não são considerados como um trunfo potencial. Além disso, com o estabelecimento da República em Espanha em Abril de 1931, alguns exilados em França estabelecem-se no sul dos Pirenéus, o mais perto possível de Portugal. Madrid torna-se na capital do exílio republicano português, exceto entre 1934 e 1936, quando a coligação no poder em Espanha incluí ministros de direita.

22 Os Renseignements généraux são um serviço de informação, criado em 1907, cuja missão é de sondar a opinião pública e vigiar as pessoas e instituições suspeitas de poder ameaçar a ordem pública.

### 1.5. *Unir* e a Federação dos emigrados portugueses em França

Durante a década de 1930, a população portuguesa em França diminuiu substancialmente. A crise económica mundial atinge o país em 1931 e, perante o aumento do desemprego, as autoridades francesas forçam milhares de trabalhadores estrangeiros a abandonar o país. Embora os portugueses fossem muito menos numerosos do que os imigrantes polacos, espanhóis ou italianos, eles contam entre as vítimas da crise. Tendo chegado recentemente (30 000 portugueses chegaram em França em 1929-1930), não falando bem francês e tendo poucos apoios quando confrontados com a administração, eles são frequentemente os primeiros a serem despedidos quando as empresas onde trabalham procedem a despedimentos. No desemprego, muitos decidem regressar a Portugal. Outros são expulsos por não terem obtido a renovação do bilhete de identidade ou por terem cometido delitos ou crimes — por vezes menores, como o simples roubo de alimentos. Entre 1931 e 1936, a população portuguesa em França passa de 49 000 para 28 000 habitantes. No entanto, aqueles que conseguem evitar o desemprego e obter a renovação dos seus papéis eram vulneráveis. Num clima marcado pela xenofobia e pelo endurecimento das leis sobre a imigração, estes portugueses continuam a ter medo de serem forçados a deixar a França. Além disso, como Portugal e França não assinaram um acordo de reciprocidade e assistência depois da Primeira Guerra mundial, os portugueses em França não podem teoricamente beneficiar dos subsídios de desemprego e da assistência médica gratuita (Rosental, 2011). Milhares de portugueses, particularmente os que vivem nos subúrbios de Paris, encontram-se, portanto, numa situação bastante precária.

Se os exilados republicanos não procuraram mobilizar os seus compatriotas em França no fim dos anos 1920 e inícios da década de 1930, a presença de militantes comunistas portugueses em França a partir de meados da década de 1930 altera a situação. As dificuldades que afetam os trabalhadores portugueses encorajam a politização de uma série deles. Em várias ocasiões, desempregados portugueses solicitam à embaixada portuguesa a assinatura de um acordo de reciprocidade que lhes permitiria obter subsídios de desemprego e assistência médica gratuita. O Partido Comunista Francês e a Confederação Geral do Trabalho Unitário, que num período marcado pela xenofobia e pelo desejo das autoridades de proteger o "trabalho nacional", contam entre as poucas organizações que defendem os trabalhadores estrangeiros em nome do internacionalismo proletário, não descuram os portugueses. Por exemplo, em Outubro de 1935, a CGTU distribuía folhetos entre os desempregados portugueses de Saint-Ouen, um dos municípios dos arredores de Paris com maior concentração de portugueses na altura, muitos dos quais vivendo em barracas. Em Saint-Ouen, um grupo antifascista português terá formado e publicado um boletim intitulado *A Batalha*, talvez em referência ao jornal publicado pela CGT, sindicato anarquista português, a partir de 1919. Este jornal teria sido publicado por volta de 1936, mas não encontramos qualquer vestígio do mesmo, provavelmente devido à sua modesta circulação.

Este processo de politização traduz-se em parte na adesão de centenas de trabalhadores portugueses à Federação dos Emigrantes Portugueses em França (FEPF), fundada em Janeiro de 1937 por militantes do Partido Comunista Português e na qual se encontram exilados de todas as sensibilidades políticas da esquerda. Esta Federação nasce no contexto das Frentes Populares (em Espanha e depois em França). Seguindo as palavras de ordem da Terceira Internacional depois da chegada de Hitler ao poder e dos motins de 6 de Fevereiro de 1934 em França, o Partido Comunista Português tenta unir a oposição portuguesa, dividida por numerosos conflitos de estruturas e rivalidades entre indivíduos. Esta vontade de união resulta também da guerra espanhola que domina os espíritos dos anti-salazaristas. O Partido Comunista Português, crítico da estratégia do reviralho e do putsch militar vitorioso, defende o trabalho político entre as massas populares, especialmente com a infiltração dos sindicatos nacionais criados pela ditadura, e pretende politizar e organizar os trabalhadores portugueses em França. Com a ajuda do PCF e da Internacional Comunista, o PCP instala militantes em Paris. A capital francesa é também o ponto de passagem para os militantes que viajam para a União Soviética para congressos e/ou formação. Segundo João Pacheco Pereira, em 1936, Paris é "a capital do comunismo português com um conjunto de dirigentes comunistas que vão passar por Paris, discutir em Paris e zangar-se em Paris" (Pereira, 1999, p. 243).

Armando de Magalhães (cujo pseudónimo é Amaral) desempenha um papel importante no nascimento da FEPF. Nascido em 1906, Magalhães é um ex-operário vidreiro na Marinha Grande. Tornou-se o primeiro secretário geral do Sindicato nacional dos trabalhadores da indústria do vidro, criado em 1931. Deixa Portugal para escapar à repressão policial e é enviado para a Rússia para seguir uma formação na Escola Internacional Lenine. Está em Espanha no início da guerra civil espanhola e instala-se em Paris no final de 1936. No ano seguinte, tenta organizar a mobilização da população portuguesa em França em torno das palavras de ordem da frente popular. Como escreve alguns meses mais tarde, para se justificar perante a liderança do PCP que tem várias queixas contra ele, "os emigrados económicos portugueses se encontravam desorganizados e rivalizavam com os marroquinos no repugnante trabalho de 'fura-greve'. Resolvi aproveitar todos os momentos da minha estadia em França para organizar uns e outros"[23].

A Federação conta com várias seções espalhadas pelo território francês, nos principais núcleos operários onde trabalham portugueses (Saint-Ouen, Ivry-sur-Seine, Gennevilliers, Grand-Quevilly, Saint-Etienne-du-Rouvray, Longwy, etc.). Em 1938, o embaixador português em França estima que a Federação possui 2000 membros, ou seja perto de 10 % da população portuguesa. Segundo o diplomata, a Federação é dirigida por "exilados portugueses que

23 Relatório de Armando de Magalhães dirigido ao secretariado do PCP, sem data (1938), Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN-TT), Arquivo PIDE/DGS, SC PC 1360/38, vol.1, NT 4544.

aqui conspiram contra o prestígio e a segurança do Estado português"[24]. A polícia francesa vê por detrás desta associação a ação dos "refugiados políticos (...), aproveitando as atuais dificuldades encontradas pelos trabalhadores estrangeiros em França, empenhando-se numa propaganda ativa entre os seus compatriotas para desenvolver neles um espírito revolucionário"[25]. Tanto as autoridades portuguesas como francesas vêm a FEPF como o instrumento de uma minoria de militantes comunistas que manipulam os trabalhadores portugueses. Do mesmo modo, Magalhães, justificando a sua ação junto do PCP, destaca o apolitismo da maioria dos portugueses em França e o baixo investimento de vários líderes da FEPF que foram escolhidos de forma a não assustar os seus compatriotas. De fato, muitos portugueses em França não queriam estar envolvidos nas atividades dos exilados políticos ou do movimento comunista, temendo que isso levasse à sua expulsão do território francês. Nesta altura, as autoridades francesas expulsavam sem grande hesitação aqueles que derrogavam a "estrita neutralidade política".

Apesar da elevada taxa de analfabetismo entre os imigrantes portugueses, a Federação publica um boletim interno, cujo primeiro número é datado de Março de 1937. Como a Federação tinha recursos limitados, o boletim é mimeografado. Neste primeiro número, um artigo intitulado "Necessidade e fins da federação" oferece aos leitores uma visão da emigração de acordo com os modos de ver do Partido Comunista Português, que desde há alguns meses articula a ideologia marxista e a ideia nacional (Neves, 2008). Se os portugueses deixam o seu país, isso não é o resultado da pobreza do país. É por causa dos capitalistas e da ditadura, que são incapazes de explorar a riqueza do país e que recusam uma "reforma social profunda", dando a todos acesso à terra e ao crédito. A emigração constitui uma arma para a ditadura: "os governantes do nosso país acham preferível manter e fomentar a exportação de mão-de-obra, solução cómoda para a classe cujos interesses representam e defendem, barata e proveitosa para as finanças públicas"[26]. De fato, a emigração permite a exportação de braços excedentários e induz remessas financeiras vindas do estrangeiro. Este é o cálculo, que já no século XIX Oliveira Martins tinha posto em relevo e que o próprio Salazar tinha realçado nos seus trabalhos académicos (Martins, 1956; Salazar, 1998, p. 265). O objetivo da Federação não é apenas defender os direitos dos migrantes, mas também reforçar "os laços de fraternidade que resultam e devem existir entre pessoas irmanadas pelo mesmo sangue e por uma história de oito séculos"[27]. No segundo número do boletim, publicado em Abril de

24 Ofício do embaixador de Portugal em França para o Ministro dos Negócios Estrangeiros (António de Oliveira Salazar), 15 de Dezembro de 1938, Arquivo Histórico Diplomático (AHD), Arquivo Paris, maço 172.

25 Relatório não assinado, 7 de Outubro de 1937, Archives Nationales (AN), 20010216/156.

26 J. Coutinho, "Necessidade e fins da federação". *Boletim interno da Federação dos Emigrados Portugueses em França*, n°1, Março 1937, p.2.

27 J. Coutinho, "Necessidade e fins da federação". *Boletim interno da Federação dos Emigrados Portugueses em França*, n°1, Março de 1937, p.2.

1937, Magalhães critica o Estado português por abandonar os seus cidadãos no estrangeiro, não os protegendo e não lhes permitindo manter a ligação com o seu país de origem. Ora, segundo ele, "a ditadura desperdiça em França verbas enormes, mas estas são absorvidas na sua totalidade pela propaganda sectária mas bem paga que ejaculam periodicamente os jornais reacionários franceses"[28]. Em contraste com este abandono, Magalhães apresenta assim o jornal *Unir* que vai juntar os portugueses em França:

> Centenas de corações portugueses que há pouco se desconheciam, batem hoje em uníssono irmanados pelos mesmos anseios e norteados por um ideal comum de unidade, bem-estar, paz, cultura. Homens que tinham olvidado a sua pátria e a sua língua (...). A unificação dos portugueses residentes em França será sem dúvida um dos germes mais fecundos da unificação da família portuguesa orientada por um anseio comum de obter o pão, paz e liberdade[29].

Neste excerto Armando de Magalhães mistura um léxico mais usado no pensamento conservador e nacionalista (as metáforas da família e do corpo (Lenoir, 2003)) e os slogans da Frente Popular, símbolo da conversão dos comunistas portuguesas à ideia de nação. Este apelo à unidade entre os portugueses longe do seu país e espalhados por toda a França será um leitmotiv de muitas publicações destinadas aos emigrantes portugueses, tanto publicações ligadas à oposição ou próximas do Estado Novo.

Magalhães cria também um Grupo dos amigos do *Avante !* para divulgar este jornal junto dos emigrantes portugueses em França e angariar fundos para continuar a impressão e a divulgação clandestina desta publicação constantemente ameaçada pela polícia política portuguesa que procurava ativamente as tipografias do PCP (Pereira, 1993). Nas décadas seguintes, os funcionários do PCP que vivem, clandestinamente ou não, em França terão entre as suas principais tarefas a distribuição do principal título do partido para que os militantes, simpatizantes e trabalhadores possam conhecer as palavras de ordem do PCP.

Em Julho de 1937, o boletim interno da FEPF desaparece com o aparecimento do jornal *Unir*, cujo subtítulo revela a sua ambição mais ampla: "orgão da Frente Popular Portuguesa". Este jornal pretende ser o porta-voz da Frente Popular, que foi formada, com dificuldade, em 1937, com representantes do antigo Partido Democrático, da Esquerda Republicana, de vários grupos republicanos, e do Partido Comunista (Madeira, 2013a) O diretor do jornal é José Domingues dos Santos, um antigo Primeiro Ministro que se encontra em França há vários anos. Domingues dos Santos tinha dirigido outra revista: *France-Espagne*, publicada

28 Amaral [Armando de Magalhães], "A caminho da união", *Boletim interno da Federação dos Emigrados Portugueses em França*, n°2, Abril de 1937, p.1.

29 Amaral [Armando de Magalhães], "A caminho da união". *Boletim interno da Federação dos Emigrados Portugueses em França*, n°2, Abril de 1937, p.1.

no final de 1936 (Clímaco, 1995, p. 150). Outras personalidades republicanas participam nesta publicação como o antigo Presidente da República Bernardino Machado mas também comunistas (como José de Oliveira Neves, Armando de Magalhães) e alguns anarquistas como Jaime Brasil. Este último, nascido em 1896, torna-se jornalista após uma carreira no exército. Colaborou no *Século*, na *República*, no *Primeiro de Janeiro* e também na *Batalha*. Anarco-sindicalista, envolve-se num sindicato de jornalistas e luta contra a censura após o estabelecimento da ditadura. Publica também livros sobre sexualidade, obras que são consideradas chocantes num país conservador. Exila-se em França em 1937 e através de Armando de Magalhães junta-se à *Unir* onde, de acordo com José Domingues dos Santos, é o responsável pela parte técnica. Escreve também vários artigos até 1939. O jornal é portanto um lugar de compromissos — e tensões — entre diferentes sensibilidades políticas e pessoais. A Federação dos Emigrantes Portugueses em França mantém apenas uma página no *Unir*, informando sobre as atividades das suas diferentes secções, dando conselhos legais aos trabalhadores para se defenderem. O jornal é dirigido a toda a oposição anti-salazarista, tanto em Portugal como no estrangeiro. São estabelecidas ligações com o jornal *Ecos do Portugal* em Buenos Aires e *Bacamarte* de Newark.

A primeira edição de *Unir* apresenta na sua primeira página uma fotografia do recém-falecido Afonso Costa. Um texto de Bernardino Machado presta homenagem ao ex-Presidente do Conselho e líder do Partido Democrático. Segundo a polícia francesa, as primeiras tiragens ascenderam a 2 500 exemplares e quase 50 números foram publicados até 1939. *Unir* publica denúncias contra a ditadura salazarista e a repressão dos opositores. No contexto da Guerra Civil espanhola, muitos artigos são dedicados ao país vizinho. Para os exilados portugueses, alguns dos quais estiveram em Espanha e participaram ativamente nos combates, uma vitória dos republicanos é o prelúdio para a queda de Salazar. O jornal segue assim a ação dos portugueses integrados no exército republicano. Jaime Brasil publica vários artigos sobre Espanha, tendo visitado o país no final de 1937. No n° 17, datado de 25 de Novembro de 1937, o jornalista retrata a ação de Alberto Alexandrino dos Santos, comandante da base dos *Carabineros* em Castellón de la Plana. Antigo soldado durante a Grande Guerra, um dos principais atores do Reviralho a partir de 1927, dos Santos é, durante a guerra civil espanhola, o português com a posição mais alta na hierarquia militar leal à República Espanhola (Fort, 2020). Jaime de Morais, exilado em Espanha, também envia artigos para relatar o conflito. O governo republicano espanhol, de resto, apoia financeiramente *Unir* (Clímaco, 2020).

No entanto, *Unir* é uma publicação fragilizada por vários motivos. O secretariado do PCP critica Armando de Magalhães por dar demasiada influência aos republicanos dentro do jornal. Os republicanos ainda defendem que o salazarismo será destruído após um golpe de Estado liderado por militares, enquanto o PCP insiste sobre a necessidade de trabalhar junto das massas populares. A liderança do PCP em Lisboa — frequentemente dizimada por detenções realizadas pela polícia política — considera que Magalhães deixa *Unir* fazer a apologia

dos líderes republicanos sem nunca evocar claramente a ação do PCP. Esta admoestação é publicada num número de *Avante !*: "o nosso querido colega [Magalhães] [faz] uma autêntica conspiração do silêncio em volta da nossa existência e atividade, mesmo quando transcreve passagens dalguns documentos nossos, o que faz escondendo, cuidadosamente, a origem"[30] Enquanto faltam meios financeiros ao PCP, Magalhães é também acusado de não favorecer. os militantes comunistas que estão em França e de oferecer trabalho remunerado a anarquistas como Jaime Brasil. A publicação — cujas vendas parecem ser limitadas — também sofre de problemas financeiros, uma falta que por vezes leva a atrasos na publicação. Enfim, *Unir* é alvo da perseguição da ditadura portuguesa. As autoridades portuguesas tentam reduzir a audiência do jornal. Um relatório interno do PCP lamenta que "devido a uma vigilância policial, [*Unir*] quasi não tem expansão em Portugal"[31]. A ditadura tenta pôr fim a esta publicação e à sua circulação. Em Maio de 1937, Salazar manifesta a sua preocupação junto do embaixador em Paris. O Presidente do Conselho — que também tem a pasta dos Negócios Estrangeiros — assinala "a atividade de alguns emigrados políticos no sentido de arrastar os operários portugueses residentes na área de Paris para a criação duma Federação de intuitos políticos anti-governamentais"[32]. Tanto a embaixada como o consulado português tinham então poucos meios para desviar os trabalhadores portugueses de uma influência que consideravam perniciosa: não existia qualquer estrutura governamental ou para-governamental para vigiar e enquadrar estes trabalhadores, que muitas vezes viviam em condições precárias e temiam o desemprego e a expulsão. Para combater a ação da Federação, considerada perigosa, o embaixador português em Paris transmite um memorando ao Ministério dos Negócios Estrangeiros francês em Outubro de 1937, afirmando que a Federação estava "principalmente preocupada em criar ou desenvolver entre os trabalhadores portugueses residentes em França um sentimento de antagonismo e de revolta contra o atual governo português". O memorando acrescenta que *Unir* "não hesita em fazer a apologia do assassinato"[33] de Salazar, que já foi alvo de uma tentativa falhada em Julho de 1937 (Madeira, 2013). Este memorando desencadeia várias investigações por parte da polícia francesa. Alguns dos membros da Federação são expulsos e outros recebem um aviso. Para o embaixador português, porém, estas medidas não são suficientes. Como o diplomata explica a Salazar em Dezembro de 1938, o memorando foi enviado "sob a vigência de governos patrocinados pelos comunistas e que não mostravam nenhuma boa vontade em proceder contra os agitadores"[34]. Contudo, as

30 "Unir". *Avante!*, n° 66, Janeiro de 1938, p.4.
31 Relatório (sem data, nem origem), IAN-TT, Arquivo PIDE/DGS, SC PC 1360/38, vol.1, NT 4544.
32 Ofício da direção-geral dos negócios políticos e económicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, assinado por António de Oliveira Salazar, dirigido ao embaixador de Portugal em Paris, 20 de Maio de 1937, AHD, Arquivo Paris, maço 172.
33 Memorando da embaixada de Portugal em Paris, 6 de Outubro de 1937, AHD, Arquivo Paris, maço 172.
34 Ofício do embaixador de Portugal em Paris dirigido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português, 15 de Dezem-

expulsões e os avisos tendem a reforçar a corrente apolítica que existia no seio da Federação, uma corrente que defendia que a Federação não devia imiscuir-se em assuntos políticos e limitar-se a proteger os trabalhadores portugueses contra as expulsões e a obter um acordo de reciprocidade. Em Dezembro de 1938, os dirigentes da Federação encontram-se mesmo com o embaixador português. Este último concorda em apoiá-los se a Federação aceita cortar os seus laços com os exilados políticos e deixa de publicar em *Unir*. O embaixador até sugere uma alternativa a Salazar: dar uma soma de dinheiro à Federação para publicar um boletim interno ou "criar aqui, com o concurso dos serviços de propaganda, um pequeno jornal quinzenal, como o *Unir*, no qual fosse posta à disposição da federação uma página, como faz o *Unir*"[35]. Esta sugestão é retomada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros português em Fevereiro de 1939:

> Logo que haja, porém, a segurança, sem admitir qualquer dúvida, do rompimento da Federação com o jornal *Unir*, é possível então pôr-se em pratica o projeto, que desde já se deixara entrever, de publicar uma folha em língua portuguesa que espalhe entre os núcleos de trabalhadores notícias da pátria e outras que os possam interessar moral e materialmente[36].

Esta ideia também é expressa pelo cônsul português em Paris, José Luis Archer, que propõe "a publicação de um semanário, não de polémica, mas de propaganda, [para] que seja possível mostrar aos portugueses que aqui vivem a verdadeira imagem de Portugal, que eles não conhecem"[37]. No entanto, este jornal pró-governo — que, de acordo com as declarações posteriores de Jaime Brasil à polícia política devia chamar-se *Pátria*[38] — nunca viu a luz do dia. O governo português estava sobretudo preocupado em amordaçar a oposição no exílio e pouco interessado em dirigir-se, através de uma publicação, aos trabalhadores portugueses.

A 30 de Abril de 1939, a Federação aceita as condições colocadas pelo embaixador português em França. Por conseguinte, deixa de publicar em *Unir*. O embaixador português alcança outra vitória a 19 de Junho de 1939: após numerosos pedidos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, *Unir* é proibido em França. Esta decisão é motivada pelo facto de alguns artigos terem ameaçado Salazar. Ela é justificada à luz do recente decreto sobre o controlo da imprensa estrangeira, assinado a 6 de Maio de 1939 pelo Presidente da República,

bro de 1938, AHD, Arquivo Paris, maço 172.

35 Ofício do embaixador de Portugal em Paris dirigido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português, 15 de Dezembro de 1938, AHD, Arquivo Paris, maço 172.

36 Oficio da direção-geral dos negócios políticos e económicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros dirigido ao embaixador de Portugal em Paris, 25 de Fevereiro de 1939, AHD, Arquivo Paris, maço 172 A.

37 Ofício do cônsul de Portugal em Paris dirigido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português, 1939, AHD, 2° piso, Armário 50, maço 69.

38 Auto de perguntas de Jaime Brasil, 18 de Fevereiro de 1941, IAN-TT, Arquivo PIDE/DGS, SC PC 79/41, vol.3, NT 4673.

decreto que altera a lei de 1881. Doravante, "a circulação, distribuição ou venda em França de jornais ou periódicos, sejam ou não escritos numa língua estrangeira, pode ser proibida por decisão do Ministro do Interior"[39]. Esta suspensão suscita poucos protestos por parte da imprensa francesa. Um artigo no *Le Populaire*, ligado à SFIO (principal partido socialista francês), denuncia um "escândalo" e um absurdo, tendo em conta as ameaças que pesem neste ano de 1939 sobre a democracia francesa. Pois "os republicanos portugueses são aqueles que lutam, e lutam sozinhos, contra o domínio da Alemanha, da Itália e da Espanha de Franco sobre as posições-chave do Oceano. São homens que nos amam e sempre respeitaram escrupulosamente a reserva que lhes foi imposta no nosso solo pelo seu estatuto de hóspede"[40]. Contudo, na perspetiva de um conflito, o governo liderado por Édouard Daladier parece mais preocupado em poupar Salazar, que é visto como capaz de evitar que a Espanha, agora inteiramente liderada por Francisco Franco, fique sob a completa influência da Alemanha e Itália. Algumas semanas mais tarde, é a Federação dos Emigrantes Portugueses em França que é proibida, por ser considerada ligada ao PCF, partido dissolvido pelas autoridades francesas depois do acordo germano-soviético de 23 de Agosto de 1939.

### 1.6. Tentar publicar jornais em tempos sombrios

Em 19 de Junho de 1939, outro jornal publicado em português é proibido pelo Ministro do Interior francês: *Liberdade*. É uma publicação anarquista cuja redação é sediada na Federação anarquista ibérica de Paris. Os seus principais editores são Jaime Brasil e José Agostinho das Neves. O primeiro trabalhou para o jornal *Unir* enquanto o segundo, também anarquista, veio para França pela primeira vez em 1929 depois de ter fugido da Guiné-Bissau, onde tinha sido deportado pela ditadura militar. Expulso por causa das suas atividades políticas em 1933, regressa a França em 1935. Embora sob vigilância, Agostinho das Neves continua as suas atividades. Para além de ser correspondente de vários jornais portugueses (*República*, *O Diabo*), publica um boletim em Paris intitulado *Novos Horizontes* (Clímaco, 1995, p. 150). Com Jaime Brasil, a partir de Agosto de 1938, publica *Liberdade*, que é a continuação do *Boletim de Informação*, uma publicação do CNT/FAI/AIT anteriormente publicada em Barcelona. As notas policiais francesas indicam que Abílio de Sousa Faria, outro ativista anarquista, também participa nesta publicação. Contudo, quando interrogado pela polícia política portuguesa no seu regresso a Portugal em 1940, Faria admite ter frequentado a redação do jornal mas nega ter

39 Decreto-lei de 6 de Maio de 1939 : https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/JORFTEXT000000877119/1939-05-07

40 Jean-Maurice Herrmann, "La 'dernière' du Quai d'Orsay: 'Unir' journal de la démocratie portugaise est interdit!". *Le Populaire*, 9 de Julho de 1939, p. 5.

publicado um artigo. Pretende ter proposto publicar um artigo com o título explícito: "proletários de todos os países — Estaline desune-vos"[41]. Mas, segundo ele, José Agostinho das Neves recusou a publicação deste artigo para não desagradar ao Partido Comunista Português.

As autoridades portuguesas tinham também protestado contra a publicação deste título que, segundo elas, faz uma "larga e violenta propaganda de ideias subversivas, preconizando os atentados terroristas e pessoais, especialmente contra diversos chefes do estado e do governo, entre os quais figura Sua Excelência o Doutor Oliveira Salazar".[42] O jornal é proibido em Junho de 1939. José Agostinho das Neves lança então um novo título: *Democracia*, mas em língua espanhola. O jornal é, à mesma, proibido em Outubro de 1939. Agostinho das Neves é de novo o alvo dum despacho de expulsão em 20 de Dezembro de 1939. Em Abril de 1940, é internado e enviado para o campo de internamento do Vernet, no sul da França, "sendo considerado como um militante anarquista cuja atividade desenvolve-se junto das colónias portuguesas e espanholas na região parisiense"[43]. Apesar do seus repetidos pedidos para se juntar a grupos de trabalhadores estrangeiros e da sua boa conduta no campo, Agostinho das Neves ainda encontra-se no Vernet a 30 de Junho de 1944, quando os ocupantes alemães fecharam o campo e enviaram os últimos internados para a Alemanha. Depois de uma longa e terrível viagem, Agostinho das Neves é deportado em Dachau. Sobrevive à sua deportação e regressa a Paris onde retoma a sua carreira de jornalista, abandonando a sua militância anarquista como veremos.

Quando o exército alemão invade a França em Maio-Junho de 1940, alguns exilados regressam a Portugal, onde são presos na fronteira. Algumas personalidades com maior capital social são forçadas a deixar o país ou são obrigadas a ficar reclusas em casa, como Bernardino Machado, então com 89 anos de idade. Como José Agostinho das Neves, alguns portugueses foram internados em campos de internamento franceses. Entre os internados, dezenas de portugueses que lutaram do lado da República Espanhola. Num dos seus últimos números, *Unir* relata o destino destes portugueses: "Encontram-se, em França, nos campos de concentração, cerca de 300 portugueses vindos de Espanha, cuja situação é verdadeiramente angustiosa. Não insistiremos sobre as amarguras que têm passado. Queremos, apenas dizer que precisam da assistência, moral e material, de todos os portugueses anti-fascistas"[44]. A maior parte dos portugueses vindos de Espanha é inicialmente internada em Argelès-sur-Mer.

41 Auto de perguntas de Abílio de Sousa Faria, 1 de Novembro de 1939, IAN-TT, Arquivo PIDE/DGS, SC SPS 3361, vol.2, NT 4372.

42 Despacho confidencial da direcção-geral da administração interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros, assinado por Luis de Sampaio, dirigido ao embaixador de Portugal em Paris, AHD, 2° piso, Armário 50, maço 69.

43 Ofício do comandante do campo do Vernet ao prefeito do Ariège, 25 Agosto de 1943, Archives départementales de l'Ariège, 5 W 270.

44 "Os combatentes portugueses vindos de Espanha precisam do auxílio moral e material de todos os anti-fascistas". *Unir*, 28 de Maio de 1939, n°48, p.4.

Entre as atividades culturais realizadas pelos internados para enganar o tédio, manter o moral e reforçar a formação dos militantes, um *Boletim do grupo português* é publicado (Clímaco, 1995, p. 147). Posteriormente, a maior parte dos portugueses internados em Argelès-sur-Mer é enviada para o campo de Gurs. Outros portugueses foram internados — em Le Vernet em particular — porque eram considerados como uma ameaça à ordem pública. Vários internados acabam por pedir um repatriamento em 1940-1941. À chegada a Portugal são presos pela polícia política e alguns são enviados para o campo de internamento do Tarrafal em Cabo Verde. No entanto, alguns portugueses permaneceram em França durante o conflito e alguns participaram na Resistência. Parece que nenhuma publicação portuguesa sobreviveu em França durante a Segunda Guerra Mundial. Existe o vestígio dum projeto duma publicação que nunca viu a luz do dia. Resulta do empenhamento de estudantes portugueses residindo em Grenoble, principalmente do casal constituído por Joaquim Silveira Santana e Branca Durão Fins. O casal exilou-se em França em 1937, para escapar à polícia política. Militantes do PCP, tomam parte na atividade da FEPF na região parisiense e estão em contacto com vários funcionários do partido. Em Outubro de 1940, deixam Paris e instalam-se em Grenoble, na zona livre. Nessa altura, o PCP está então quase completamente desmantelado na sequência da repressão policial de que foi vítima. A Internacional Comunista já não tem confiança neste partido, acreditando que foi infiltrado pela polícia política. Os seus principais líderes, incluindo o seu secretário-geral Bento Gonçalves, são presos e alguns estão no Tarrafal. Além disso, muitos militantes estão desorientados pelo pacto germano-soviético de Agosto de 1939. Em 1940, vários grupos afirmam estar a reorganizar o partido, cada um deles considerando-se como o mais legítimo. Neste contexto particular, em Grenoble, de acordo com a Internacional Comunista segundo José Pacheco Pereira, Joaquim Silveira Santana e Branca Durão Fins planearam criar um novo partido — que se chamaria "Partido Bolchevique" — e publicar um jornal (intitulado *O Comunista*). Os textos redigidos em Grenoble deviam ser trazidos para Portugal por um estudante para serem impressos e publicados. Mas este portador é um anticomunista que colabora há vários anos com a polícia política e que se infiltrou conscientemente neste grupo de militantes. Contudo, este estudante é detido pela polícia francesa na fronteira franco-espanhola na posse destes artigos e de propaganda considerada subversiva. Apesar de afirmar ser um colaborador da polícia política portuguesa e anticomunista, ele é julgado em França. Denuncia Joaquim Silveira Santana que também é preso e julgado. Após alguns meses de prisão em Lyon, Silveira Santana é repatriado para Portugal, onde é novamente preso durante algumas semanas. Assim, o projeto de jornal concebido em Grenoble nunca vê a luz do dia (Pereira, 1999, pp. 149-152).

## 1.7. Tentar publicar jornais durante a Guerra Fria

No final de 1944, durante a Libertação, alguns portugueses relançam a Federação dos Emigrantes Portugueses em França. Os adversários do Estado Novo recuperam a esperança. Eles esperam que a derrota do fascismo e do nazismo possa conduzir à queda de Salazar. A associação, cujo presidente é José Domingues dos Santos, é autorizada a funcionar em Julho de 1946. De acordo com os *Renseignements Généraux*, em 1949 a associação conta 750 membros, dos quais 150 na região parisiense. Um relatório policial menciona um boletim interno que não encontramos. No entanto, o contexto não é favorável para novas publicações em português: apenas restavam 20 000 portugueses em França e muitos exilados regressaram a Portugal em 1940-1941. E alguns dos portugueses que permaneceram em França durante a guerra estão a afastar-se dos assuntos portugueses, alguns deles pedindo a nacionalidade francesa, o que lhes permite evitar a expulsão e obter benefícios sociais que não podem receber mantendo a sua nacionalidade. Após a Segunda Guerra Mundial, a emigração portuguesa para França é muito baixa, uma vez que as autoridades portuguesas tentam desencorajar as partidas para França e recusam-se a assinar um acordo de emigração com Paris. Em consequência, a atividade da Federação declina rapidamente. Em 1954, José Domingues dos Santos regressa a Portugal, o que parece reforçar o declínio da associação. Em 1954, uma nota dos *Renseignements Généraux* traça um quadro sombrio: "Desde 1948, esta associação perdeu o três quartos dos seus membros e nenhuma emigração vem compensar o desaparecimento ou a assimilação daqueles que se instalaram no nosso solo entre as duas guerras"[45].

Apesar desta dinâmica negativa, as autoridades francesas proibiram a Federação dos Emigrantes Portugueses em França pela segunda vez (após a proibição de 1939) em Agosto de 1957. As queixas contra a Federação são as mesmas que em 1939, num contexto político marcado pela Guerra Fria: as autoridades francesas consideram que esta associação é infiltrada por militantes comunistas, que procuram, através da associação, politizar os portugueses em França. Algumas semanas mais tarde, em Dezembro de 1957, o Ministério do Interior proíbe qualquer atividade do Partido Comunista Português. Este partido não existia enquanto tal em França, mas as autoridades francesas pretendiam assim impedir a atividade dos militantes comunistas portugueses, apoiados pelo Partido Comunista Francês, em França. Uma nota do *Renseignements Généraux* explica esta decisão devido à "publicação de um jornal de pequeno formato intitulado *Nouvelles du Portugal*"[46], publicação em língua francesa que pretende esclarecer a opinião pública francesa sobre a repressão exercida em Portugal, uma repressão muitas vezes desconhecida a norte dos Pirenéus. De fato, em França, os movimentos

45 Relatório dos Renseignements Généraux, Junho de 1954, Archives de la Préfecture de Police de Paris, 77 W 1820.
46 Relatório dos Renseignements Généraux, Agosto de 1960, Archives de la Préfecture de Police de Paris, 77 W 1820.

de esquerda estão mais mobilizados na luta contra o regime de Franco e ignoram os acontecimentos que se desenrolam em Portugal. Além disso, a ditadura portuguesa, particularmente através da ação do Secretariado Nacional da Informação, da Casa de Portugal e da Embaixada de Portugal em Paris, conseguiu impor a imagem dum Portugal estável, liderado por um "monge-ditador", cujo poder firme é aceite pela grande maioria da população. Um exemplo desta propaganda é o livro assinado por Christine Garnier (1952), *Férias com Salazar*, que apresenta um Salazar humano, amador de flores, longe da figura habitual do ditador. Como Michel Lyon observou em 1962, na revista *Après-Demain*, fundada pela Liga dos Direitos Humanos, "este regime [de Salazar], soporífico e hipócrita, visa (...) fazer o mínimo de barulho possível, e sobretudo ser ignorado no estrangeiro; um objetivo que foi alcançado até há pouco tempo: quem conhecia a vida política portuguesa entre o grande público em França?"[47].

*Nouvelles du Portugal* é alvo duma proibição. A polícia francesa é também alertada por várias empresas francesas que se queixam de que foram utilizados envelopes com os seus nomes para enviar para Portugal publicações comunistas, tais como números do *Avante!*

As autoridades francesas não pretendem tolerar de forma alguma que militantes comunistas portugueses possam desenvolver ações politicas em França. No final dos anos 1950, os serviços franceses de informação trocam varias correspondências com a polícia política portuguesa sobre comunistas em França. O tom é de colaboração contra um inimigo comum: o comunismo internacional. Estas colaborações policiais inscrevem-se nas boas relações diplomáticas entre Lisboa e Paris (Lala, 2007). Para Paris, o Portugal de Salazar é um aliado no quadro da NATO. Uma sensibilidade anticomunista partilhada une os governos português e francês. De resto, estes dois países tinham colónias em África na altura e pretendiam mantê-las.

No entanto, no final dos anos 50, o número de trabalhadores portugueses que chegam a França, muitas vezes clandestinamente, aumenta. Em 1955, as 1 000 chegadas anuais são ultrapassadas e em 1957, 4 640 portugueses entram em França. Este modesto aumento da população portuguesa em França leva alguns exilados em França a considerar a publicação dum jornal. É o caso de Rui da Nóbrega, um empregado bancário que chegou a França em 1957 e adere ao Partido Comunista Francês. Em Julho de 1958, da Nóbrega contata alguns dos seus compatriotas em França, propondo a criação de uma associação — que se chamaria União Operária Portuguesa — cujo objetivo seria de politizar os trabalhadores portugueses em França. Ele parte da observação de que "a nossa massa laboriosa vítima na sua maioria da propaganda demagógica de Salazar, desconhece virtualmente o seu valor como força política e social dentro da estrutura do Estado"[48]. Entre as missões que pretende empreender: "pequenas reuniões de informação junto dos aglomerados mais importantes e a divulgação de

47 Michel Lyon, "Portugal 1962". *Après-demain*, n° 45-46, 1962, p. 1.
48 Carta de Rui da Nóbrega dirigida a Manuel da Silva Martins, 10 de Julho de 1958, AHD, Arquivo Paris, maço 285.

folhas, são obstáculos transponíveis e de resultados positivos na preparação ativa dos nossos compatriotas na luta pela liberdade"[49]. Estas propostas não parecem ser favoravelmente recebidas. Anti-salazaristas que não pertencem ao Partido Comunista recusam-se a colaborar com ele. É o caso de Manuel da Silva Martins, que chegou a França em 1950, e tornou-se jornalista (ele é o correspondente em Paris de vários títulos portugueses, incluindo *República*). Silva Martins responde a da Nóbrega: "o totalitarismo repugna-me venha ele de onde vier e muito menos da Rússia que não tem autoridade nenhuma, como sabe, para falar de democracia ou liberdade"[50]. Os membros ligados ao PCP também estão relutantes. De fato, da Nóbrega é desconhecido do PCP, partido que teme sempre possíveis infiltrações policiais. O comportamento subsequente de Nóbrega não é de molde a tranquilizar o PCP. Em Setembro de 1958, sem ter sido mandatado por ninguém, da Nóbrega fala publicamente no funeral de dois cidadãos portugueses assassinados por agentes da polícia francesa que, no âmbito da brutal repressão dos independentistas argelinos, os confundiu com argelinos. Num discurso reproduzido por l'*Humanité*, da Nóbrega equipara o governo recentemente liderado pelo General de Gaulle com o de Salazar. Em Abril de 1959, da Nóbrega escreve uma carta ao comité central do PCF informando-o que ele e outros portugueses planeiam

> publicar imediatamente um boletim informativo fazendo eco dos crimes cometidos nas prisões fascistas e [para] recolher o máximo de dinheiro possível para as famílias dos prisioneiros. Descobrimos que o controlo do governo sobre toda a imprensa autorizada em Portugal impede o mundo exterior de estar bem informado sobre a maior parte dos nossos problemas políticos e grande parte da opinião publica estrangeira permanece ignorante ou indiferente[51].

No entanto, estas iniciativas parecem reforçar as suspeitas do PCP. Ele é expulso do Partido Comunista Francês em Abril de 1959 e *O Avante!* publica no mesmo mês um artigo apelando à prudência contra ele, chamando-lhe "provocador"[52]. Sempre no mês de Abril de 1959, as autoridades francesas dão-lhe "um aviso severo por não respeitar a estrita neutralidade política a que todos os estrangeiros estão obrigados"[53]. Temendo a expulsão, suspeito pelo PCF e pelo PCP, da Nóbrega parece ter cessado as suas atividades políticas em França. Em 1961, vai trabalhar no Mali e neste país descobre as teses maoístas. Em 1964, na Argélia, colabora na primeira publicação portuguesa que divulga as teses maoístas e apela à luta armada: *Revolução portuguesa* (Pereira, 2013, pp. 489-494).

49 Carta de Rui da Nóbrega dirigida a Manuel da Silva Martins, 10 de Julho de 1958, AHD, Arquivo Paris, maço 285.
50 Carta de Manuel da Silva Martins dirigida a Rui da Nóbrega, 12 de Julho de 1958, AHD, Arquivo Paris, maço 285.
51 Carta de Rui da Nóbrega dirigida ao comité central do PCF, 20 de Abril de 1959, Archives départementales de la Seine-Saint-Denis, Archives du Parti Communiste Français, Fonds Raymond Guyot, 283 J 29.
52 "Um provocador português em França". *Avante !*, n°275, Abril de 1959, p.3.
53 Relatório dos Renseignements Généraux, Agosto de 1960, Archives de la Préfecture de Police de Paris, 77 W 4959.

No início dos anos 1960, um relatório dos *Renseignements Généraux* congratula-se com o fato de, em consequência das proibições da FEPF e do PCP, e das expulsões de militantes portugueses (como a saída do território francês de Marcelino dos Santos no início dos anos 1960), "já não existe, portanto, nenhuma publicação portuguesa impressa no departamento do Sena"[54]. No entanto, em poucos meses, a situação muda radicalmente e durante a última década de existência do Estado Novo, são publicados cerca de 150 títulos portugueses em França.

## 2. 1962-1974: uma florescência de jornais

O aumento da emigração portuguesa para França, que começou nos finais dos anos 1950, ganha ímpeto no início dos anos 1960. Mais de 10 000 portugueses entram em França em 1961, quase 30 000 em 1963, mais de 50 000 em 1964. Entre 1957 e 1974, pouco mais de 900 000 portugueses emigram para França, mais de metade dos quais de forma irregular. De fato, as autoridades portuguesas, enquanto Salazar está no poder, dificultam a emigração legal. Pelo contrário, especialmente a partir de 1964, as autoridades francesas toleram a entrada ilegal de nacionais portugueses e procedam à regularização ulterior destes trabalhadores estrangeiros. Esta prática encoraja assim a emigração irregular que se insere nas cadeias migratórias baseadas na sociabilidade familiar e camponesa (Pereira, 2014a). A entrada irregular em França da maioria dos portugueses é um dado essencial para perceber parte da imprensa portuguesa em França. As primeiras vivências dos Portugueses em França são determinadas pelas dificuldades administrativas, dificuldades relativas ao emprego, à permissão de residência, ao alojamento, ao reagrupamento familiar, à segurança social, à escola das crianças, etc., etc. Ora, os emigrantes portugueses não estão familiarizados com o universo administrativo, não entendem o francês, carecem da ajuda do Estado português que apenas intervém em França, no início dos anos 1970, para assistir os Portugueses (Pereira, 2014a). Além disso, devido às relações que teciam com o aparelho administrativos português (Santos, 1990), muitos portugueses desconfiam dos consulados portugueses em França.

Embora seja difícil fazer uma distinção clara entre os chamados emigrantes económicos e os exilados (Pereira, 2006), entre os portugueses que se estabelecem em França há indivíduos que fogem a repressão, a prisão e a participação nas guerras coloniais que começaram em 1961. Para manter o império, a ditadura salazarista mobiliza toda a sua juventude masculina e canaliza uma parte substancial do seu orçamento para o esforço de guerra (Pereira, 2015). Milhares de jovens recusam-se a ir para a guerra (por convição anticolonial, por medo

54 Relatório dos Renseignements Généraux, Agosto de 1960, Archives de la Préfecture de Police de Paris, 77 W 1820. O departemento do Sena corresponde, na altura, a Paris e arredores.

de serem feridos ou mortos, por não querer ferir ou matar, por não desejar perder quatro anos das suas vidas) e vão para França. As motivações políticas e económicas estão por vezes intimamente ligadas entre si. Entre os insubmissos, refratários e desertores, há jovens que pretendam ter melhores salários, estudantes que aspiram a continuar os seus estudos em universidades menos conservadoras, a viver em sociedades mais abertas, a ter acesso ao cinema e à literatura censurados em Portugal.

A dimensão desta presença portuguesa em França — quase 10% da população metropolitana na véspera da Revolução dos Cravos — é um desafio sem precedentes para a ditadura portuguesa mas também para a oposição anti-salazarista. Para a ditadura, estes milhares de portugueses deixaram sociedades rurais controladas pela Igreja Católica e pelos notáveis locais. Doravante, vivem numa democracia, na qual os sindicatos e o partido comunista (francês) são livres (embora vigiados). Os portugueses em França estão, em teoria, longe das garras da polícia política. Teoricamente, porque, na prática, milhares de portugueses em França continuam a temer a polícia política, pensando que existem informadores em França e que eles podem sofrer represálias no seu regresso a Portugal ou que os seus parentes podem ser incomodados no seu país (Pereira, 2014a). Para a oposição ao regime, especialmente ao Partido Comunista Português, esta população que vive no estrangeiro é vista como uma oportunidade. Estes emigrantes podem ser mais facilmente abordados a fim de serem sensibilizados sobre a exploração que sofriam em Portugal — uma exploração que explica a necessidade da emigração — e o papel que podem desempenhar no derrube da ditadura. Um relatório redigido em 1967 por cinco militantes do PCP em França afirmava que

> a emigração económica que atualmente atinge perto de 300 000 trabalhadores portugueses em França é um facto que não podemos menosprezar. Ora, será fundamental para nós, comunistas portugueses, ganharmos para a nossa causa largas camadas desta emigração que têm grande influência nas suas regiões quando periódica ou definitivamente vão a Portugal[55].

Do mesmo modo, para as outras sensibilidades da oposição anti-salazarista, estes milhares de portugueses em França — que encarnam para eles o "povo" que dificilmente podiam contatar em Portugal por causa da polícia política — são vistos como um desafio fundamental. Alguns grupos que defendem a luta armada pretendam recrutar militantes prontos a usar a violência para derrubar a ditadura. Um processo de diversificação e de radicalização do exílio português em França, que é um espaço político atravessado por lutas e competições (Pereira, 2003), desenvolve-se na última década do Estado Novo.

55 Relatório dirigido à direção do Partido comunista Português e redigida por cinco militantes do PCP em Paris, 7 de Fevereiro de 1967, Casa Comum, Arquivo Carlos Antunes/Isabel do Carmo, pasta 09204.001.064.

Tanto as autoridades portuguesas como os vários movimentos de oposição vêm a imprensa como um dos meios para chegar aos imigrantes e divulgar as suas ideias. Sendo impossível elencar num texto destas dimensões todas os periódicos publicados entre 1962 e 1974, vamos apresentar, cronologicamente e tematicamente, as principais categorias de títulos e as principais dinâmicas da imprensa portuguesa em França entre 1962 e 1974.

### 2.1. O pioneiro: Igreja católica e poder pastoral

No novo contexto marcado pela chegada massiva dos portugueses em França, o primeiro jornal a ser publicado em França é *O emigrante*, em Clermont-Ferrand, no coração da França. Clermont-Ferrand, com as fábricas Michelin, e várias cidades do Puy-de-Dôme (Cébazat, Châteaugay, Volvic, La Roche Blanche, Les Ancizes) atraíram várias centenas de trabalhadores portugueses a partir do final dos anos 1950. Por vezes juntaram-se a trabalhadores portugueses que já aí se tinham estabelecido na década de 1920. Assim, em Clermont-Ferrand, em 1930, foi criada uma "Union clermontoise des travailleurs portugais".

*O Emigrante* é fundado por Alexandrino Rodrigues Cardoso, um padre português que chegou em Clermont-Ferrand em Novembro de 1961 para acompanhar os seus compatriotas do Puy-de-Dôme. Cardoso nasceu em 1917 perto de Viana do Castelo, região do Minho de onde muitos trabalhadores que se estabeleceram na Auvergne são originários. Este padre não limita a sua ação ao aspeto religioso. Ajuda os portugueses que chegavam ilegalmente, que não dominavam o francês e que precisam de ajuda nas relações com a administração francesa. O padre funda um centro de acolhimento português onde, segundo um artigo do principal jornal local, *La Montagne*, "todas as noites, após o dia de trabalho, antes de regressarem aos seus quartos tristes ou as suas barracas transformadas em dormitórios, os trabalhadores vêm em grupos para ouvir discos, folhear jornais e revistas, pedir livros emprestados e falar sobre o país"[56]. Alexandrino Rodrigues Cardoso publica *O emigrante. Jornal do emigrante português em França* a partir de 1962. O jornal é impresso em Portugal, em Viana do Castelo. De acordo com *La Montagne*, *O Emigrante* "é a gazeta da colónia: casamentos, nascimentos, chegadas, partidas, informações administrativas e consulares". Este jornal desempenha o papel que muitos jornais paroquiais, também dirigidos por párocos, desempenham no meio rural português. Os párocos são frequentemente os representantes do Estado nas comunidades rurais, transmitindo notícias e informando sobre os principais acontecimentos que marcam a paróquia. Alexandrino Rodrigues Cardoso provavelmente reproduziu em França uma prática que ele já desenvolvia em Portugal.

56 "Clermont-sur-Douro : 1200 habitants. Une communauté laborieuse et unie comme les 'Auvergnats de Paris': les Portugais d'Auvergne". *La Montagne*, 25 de Fevereiro de 1965.

Não é por acaso que o primeiro jornal publicado em França nos anos sessenta tenha sido obra de um pároco. Para a Igreja portuguesa, a emigração para França é um desafio: alguns párocos vêm uma parte substancial do seu rebanho ir para França. Se alguns membros da Igreja entendem estas partidas como um perigo, como uma forma de introduzir ideias prejudiciais em comunidades julgadas "politicamente" e moralmente saudáveis, outros consideram esta emigração como inevitável, como uma resposta à pobreza e à miséria que prevalecem no campo. Alguns párocos permanecem em contato com os seus paroquianos que partiram para França e estendem o seu poder pastoral para além das fronteiras. No verão, asseguram os sacramentos para os emigrantes (como o casamento) e os seus filhos (batismo e/ou comunhões). Alguns vão mesmo frequentemente ao estrangeiro para visitar os seus compatriotas, pedindo-lhes a sua participação financeira em projetos (construção e/ou renovação de edifícios religiosos). Por exemplo, o arcipreste de Melgaço, uma cidade do Minho, na fronteira com Espanha, que conheceu saídas importantes para França nos anos 1950, tem visitado os seus paroquianos em França desde 1957. Em vários artigos publicados em *A voz de Melgaço*, que fundou em 1946, ele relata a sua viagem e os seus encontros com pessoas de Melgaço (Vaz & Vaz, 2010). Outros jornais locais dirigidos por padres não esquecem os portugueses no estrangeiro e continuam a incluí-los na "comunidade". De resto, antes do desenvolvimento das redes sociais (*Facebook*, etc.). muitos emigrantes em França subscreviam ao jornal local para o apoiar, mostrando a sua lealdade à comunidade de origem, mas também para serem informados de nascimentos, casamentos, mortes — as páginas do obituário são lidas cuidadosamente –, projetos de construção. Assim, quando regressavam a Portugal, conheciam as principais novidades que tinham ocorrido durante as suas ausências.

*O emigrante* é publicado até 1975. Ao longo dos anos, graças ao apoio financeiro de alguns bancos portugueses estabelecidos em França para recolher as poupanças dos emigrantes, o jornal cresce e difunde-se para além das fronteiras do Puy-de-Dôme. Em 1968, uma nota dos *Renseignements Généraux* declara que tem uma circulação de 1 500 exemplares e que também é lido em Grenoble, Saint-Étienne, Lyon e Toulouse. Os *Renseignements Généraux* constatam com satisfação que "as questões políticas não encontraram lugar neste jornal"[57] e que trata apenas de assuntos religiosos, das dificuldades administrativas dos emigrantes ou de notícias desportivas. Próximo das autoridades consulares portuguesas, Rodrigues Cardoso publica artigos elogiando a defesa do império Português. Por exemplo, em Setembro de 1970, por ocasião da morte de Salazar, o jornal afirma:

57 Relatório dos Renseignements Généraux do Puy-de-Dôme, 5 de Dezembro de 1968, Archives départementales du Puy-de-Dôme, 1851 W 22.

> de entre todos os imensos serviços do que o Doutor Oliveira Salazar prestou à pátria ao longo de uma vida de fecundo e abnegado labor, nenhum o impõe mais à gratidão dos portugueses de que a vigilância e firmeza que sempre pôs na defesa dos nossos direitos de nação civilizadora e dos vastos territórios ultramarinos que sucessivas gerações moldaram numa pátria multirracial e una, constituindo uma herança sagrada que nos cabe manter[58].

No entanto, ao contrário dos párocos da missão católica portuguesa em Paris, Alexandrino Rodrigues Cardoso não multiplica cartas endereçadas a Salazar ou a outros líderes portugueses. Uma nota dos *Renseignements Généraux*, datada de 1964, assegura que

> a sua simpatia vai para os progressistas. Ele considera que a chegada massiva de trabalhadores portugueses a França em breve terá repercussões em Portugal. O enorme progresso social que inevitavelmente terá de ser feito neste país em algum momento ou noutro será facilitado por homens que tiveram experiência de democracia em França. É a esta esperança que ele diz estar a unir-se, para que o seu país realize a indispensável 'evolução, sem revolução'[59].

O "progressismo" de Rodrigues Cardoso parece algo exagerado neste relatório: *O Emigrante* não tem o mesmo registo que *Presença Portuguesa*, publicação animada por católicos progressistas que abordaremos mais adiante. No entanto, quando questionado por *La Montagne* no rescaldo da Revolução dos Cravos, o pároco afirma que a queda da ditadura "corresponde, há que dizê-lo, aos desejos profundos do povo português que há muito aspirava à mudança"[60].

### 2.2. "Uma perigosa infiltração" comunista?

Se o primeiro jornal publicado nos anos 1960 surge da iniciativa dum padre, o segundo está ligado ao Partido Comunista Francês, seis anos depois da proibição do *Nouvelles du Portugal*. Em Janeiro de 1963, uma nota dos *Renseignements Généraux* relata que "como parte da campanha empreendida pelo Partido Comunista para consolidar as suas posições na colónia de trabalhadores portugueses, o Comité Central aumentou a circulação de um boletim informativo escrito nessa língua e intitulado *Boletim de informação*"[61]. Em Maio de 1963, é a vez do

58 "Morreu Salazar sentinela vigilante do Ultramar português". *O Emigrante*, Setembro de 1970, p.10.
59 Relatório dos Renseignements Généraux do Puy-de-Dôme, 2 de Dezembro de 1964, Archives départementales du Puy-de-Dôme, 1851 W 22.
60 "Les immigrés portugais (65 000 dans la région): 'attendre, avant de juger le nouveau gouvernement'. Tous souhaitent une véritable libéralisation du régime". *La Montagne*, 27 de Abril de 1974.
61 Relatório dos Renseignements Généraux, 22 de Janeiro de 1963, AN, 19970320/10.

sindicato francês próximo do Partido Comunista Francês, a Confederação Geral do Trabalho (CGT), lançar a sua própria publicação, *O trabalhador*. Se a CGT — tal como o PCF — considera a chegada da força de trabalho estrangeira como uma arma utilizada pelo governo francês para obter mão-de-obra mal remunerada e dócil, para manter os salários baixos, para dividir os trabalhadores e para quebrar as exigências da classe trabalhadora, o sindicato leva a cabo uma ação específica para ajudar e enquadrar os trabalhadores estrangeiros (Mourlane, 2002). Esta ação é motivada pelo internacionalismo proletário e pelo desejo de incluir esta mão-de-obra no movimento operário francês, em nome da unidade de todos os trabalhadores. Envolver os trabalhadores migrantes nas lutas dos trabalhadores é, segundo a CGT, a melhor forma de os impedir de fragilizar o movimento operário e de combater a xenofobia que o sindicato denuncia. É também uma questão de ajudar estes trabalhadores portugueses que enfrentam problemas específicos: uma situação irregular, a ignorância dos direitos sociais, a vulnerabilidade perante empregadores sem escrúpulos, alojamento em bairros de lata, etc.

A primeira edição de *O trabalhador* é publicada em Março de 1963, com 8 páginas. Na primeira página, é apresentada a primeira conferência nacional da CGT para a defesa e a organização dos trabalhadores imigrados que se realizou em Paris, em Março de 1963. O artigo resume as posições da CGT sobre imigração: esta última "corresponde à vontade dos monopólios de alargar o mercado do trabalho". Com esta vinda de trabalhadores estrangeiros, "os monopólios e o governo gaulista pensam enfraquecer o movimento obreiro francês". Para evitar esse resultado, a CGT defende que o

> interesse dos trabalhadores franceses e imigrados está na supressão de todos os motivos de divisão, está na oposição a todas as manifestações de patriotismo exaltado e de racismo. Só a união da classe proletária toda inteira, travando luta para a igualdade dos seus direitos, pode opor-se aos esforços dos monopólios, que tentam criar uma rivalidade entre os trabalhadores[62].

Neste primeiro número, outro artigo convida os trabalhadores portugueses a aderir à CGT e a não jogar o jogo dos capitalistas, aceitando salários mais baixos e desrespeitando a legislação social:

> tudo que podem beneficiar os trabalhadores estrangeiros, quer em salários, quer em medidas de Segurança Social, tem custado muitos anos de luta e de sacrifício à classe operaria francesa. São conquistas arrancadas numa luta de gigantes que ninguém tem o direito de destruir, mas, pelo contrário, ajudar a consolidar e mesmo fazer avançar. Portanto, depositando inteira confiança na classe

62 "Primeira conferência nacional da CGT para a defesa e a organização dos trabalhadores imigrados". *O trabalhador*, nº1, Maio de 1963, p.4.

operária portuguesa, esperamos que ela se mostrará à altura da sua própria responsabilidade e digna de poder, um dia, entrar no seu país, consciente de que, mesmo fora dele, cumpriu o seu dever[63].

As páginas da publicação, que tenta sair mensalmente, contêm muitos documentos que explicam aos trabalhadores como regularizar a sua situação legal, que direitos têm. As lutas realizadas em França mas também em Portugal são destacadas. Os trabalhadores portugueses são encorajados a participarem nas lutas e a aderirem à CGT. Finalmente, vários artigos denunciam a ditadura de Salazar, a exploração dos trabalhadores em Portugal, o colonialismo. Sem surpresa, o destaque é dado à luta do PCP: artigos relatam a prisão de militantes do PCP e reproduzem manifestos da FPLN ou de movimentos próximos do PCP.

A publicação deste boletim é da responsabilidade da secção de imigração da CGT chefiada em 1963 por Marcel Dufriche. Este sector publica outros títulos em línguas estrangeiras, como o *Trabajadores Españoles* a partir de 1961 (Lillo, 2019, p. 113). Foram muito provavelmente militantes do PCP exilados em França que traduziram os textos franceses dirigidos a todas as publicações da CGT em língua estrangeira (nomeadamente textos de Marchel Dufriche ou Benoît Frachon, secretário-geral da CGT de 1945 a 1967). Em França, de acordo com uma regra herdada da Internacional Comunista, os militantes do PCP tinham de aderir ao PCF e sindicalizar-se no seio da CGT. Entre os militantes do PCP que participaram no *Trabalhador* estava António Lopes da Silva Ribeiro. Preso em Portugal em 1961, este militante do PCP deixa o país clandestinamente em 1966 e trabalha na fábrica da Renault em Boulogne-Billancourt. Adere à CGT e traduz para português os folhetos destinados aos trabalhadores portugueses da fábrica. Em 1967, o novo chefe do sector da imigração da CGT, Marius Apostolo, encarrega-o de redigir *O trabalhador*, traduzindo os artigos. Ribeiro da Silva distancia-se contudo da CGT, desapontado com o fato de o sindicato não ter tido em conta as exigências específicas expressas pelos trabalhadores imigrantes da Renault-Billancourt durante a greve de Maio-Junho de 1968 (Benoits & Benoits, 2014; Pereira, 2020).

Ao longo dos anos, o subtítulo da publicação evolui. Inicialmente chama-se *Bulletin d'information en langue portugaise*, depois *Boletim em língua portuguesa editado pela CGT*, *Information de la CGT en langue portugaise*, e finalmente em Outubro de 1967 tornou-se a *Revista mensal da CGT para os trabalhadores portugueses*. A publicação é particularmente distribuída em grandes empresas que empregam trabalhadores portugueses. Em 1973, o boletim tem uma circulação de 7 454 exemplares. O núcleo sindical da CGT na empresa Bouygues (empresa da construção civil que emprega centenas de portugueses) em Aulnay recebe 1 000 exemplares, tal como a núcleo sindical da CGT na Renault Boulogne-Billancourt.

63 "Os portugueses acompanharão a luta". *O trabalhador*, n°1, Maio de 1963, p.3.

Fundada em 1964, a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) também tenta organizar os trabalhadores portugueses. Com menos peso nas empresas que a CGT — que podia contar com militantes comunistas portugueses — a CFDT encontra dificuldades em encontrar pessoas capazes de escrever textos em português. Na reunião da Comissão Nacional de Imigrantes de 28 de Setembro de 1966, é realçado que

> a nossa ação na imigração portuguesa tem sido muito limitada, por não termos encontrado uma pessoa responsável que efetivamente tomasse as questões nas suas próprias mãos. Estamos, no entanto, 'no rasto' de um camarada português que poderia ser este homem. Se assim for, criaremos imediatamente uma nova equipa portuguesa na zona parisiense, tentando reintegrar os camaradas portugueses que nos ajudaram na altura da conferência dos imigrantes. Está também prevista, para este ano, a publicação regular de um boletim, mesmo muito modesto, que poderá ser fornecido às várias UD [Uniões Departamentais] preocupados com a imigração portuguesa[64].

A partir de 1966, a CFDT publica *Liberdade Sindical*, graças à colaboração de militantes portugueses dos círculos católicos progressistas. *Liberdade sindical* fornece informações que permitem aos trabalhadores portugueses defenderem-se e oferece aos militantes sindicais franceses — que muitas vezes têm dificuldade em compreender esta mão-de-obra imigrante — conselhos sobre como melhor ajudar estes trabalhadores. As autoridades francesas e portuguesas ficam preocupadas com estas publicações da CGT e do PCF destinadas aos emigrantes portugueses. Em 1 de Outubro de 1964, o *Boletim de Informação* é proibido por decreto ministerial. E alguns dias mais tarde, numa entrevista publicada a 9 de Outubro de 1964 num jornal conservador francês, Salazar confidencia:

> A nossa grande inquietação é que, sobretudo nos arredores de Paris onde eles estão tão mal alojados, os trabalhadores portugueses sejam apanhados pelo Partido Comunista. Os comunistas são os únicos a ocupar-se deles, a facilitar-lhes a contratação e as formalidades que a estada deles implica. Publicam jornais em português. Assim se opera uma perigosa infiltração[65].

*L'Humanité*, porta-voz do PCF, comenta ironicamente esta declaração do ditador português ao mesmo tempo que condena a proibição decidida pelo Ministério do Interior:

> Salazar está preocupado, isto honra o Partido comunista e a sua ação a favor da defesa das reivindicações e dos direitos dos trabalhadores imigrantes. Mas o que é escandaloso é que no próprio dia

64 Relatório da comissão nacional dos imigrantes, 28 de Setembro de 1966, Arquivo da CFDT, 7 H 729.
65 Roland Faure, "Salazar parle... ", *L'Aurore*, 9 de Outubro de 1964, p.11.

em que o ditador fez estas declarações, o Ministro do Interior francês proibiu o boletim do Partido Comunista Francês publicado em português[66].

Esta condenação permite ao PCF demonstrar que o governo gaulista colabora com uma ditadura e sugerir que o governo francês não respeita a liberdade de expressão. No entanto, o PCF contorna esta proibição, publicando a partir de Novembro de 1964 *A voz do imigrado*, um suplemento do *l'Humanité d'Alsace-Lorraine*.

Também em 1964, a Associação de Originários de Portugal (cujos dirigentes são franceses, evitando assim a legislação de 1939 sobre as associações estrangeiras e dispensando a autorização das autoridades) publica *A voz do trabalho* que se torna *Traço de União* em Dezembro de 1964. Os *Renseignements Généraux* vêm esta associação como "um ramo da CGT e do PCF. Parece mais especificamente destinada a compensar o fracasso da propaganda comunista tradicional entre os trabalhadores portugueses"[67]. Os líderes da associação tentam abordar os trabalhadores portugueses através de atividades de lazer (organização de festas, clubes de futebol, cursos de francês) e da assistência jurídica. Ao longo dos anos, a AOP criou várias filiais, principalmente na região parisiense. Em 1969, *Traço de União* é substituído por *Nós Portugal*, cujo primeiro número aparece em Maio de 1969.

Outros títulos resultam da ação dos militantes comunistas portugueses e franceses: em 1967, a célula Militão Bessa Ribeiro, em Champigny-sur-Marne, lança *O proletário*. Títulos publicados fora de França são também distribuídos em França por militantes comunistas. Por exemplo, Tomás Ferreira Rato, antigo internado no Tarrafal, e militante comunista exilado em França desde 1957, é o correspondente de *Portugal Democrático*, publicado no Brasil desde 1956 (Silva, 2006). Ferreira Rato é o principal animador do *Portugal informação*, boletim publicado em Paris pelo Comité de Defesa das liberdades em Portugal, uma associação que reúne exilados de diferentes sensibilidades políticas (Rato, 2016, pp. 205-206)[68]. Finalmente, para os membros do PCP, seja em Portugal ou no estrangeiro, uma missão essencial é assegurar a difusão do *Avante!* Em Agosto de 1967, uma circular recorda este imperativo: "*O Avante!* que é feito no interior do país, e em condições particularmente difíceis, custa extraordinariamente caro, e ainda mais caro fica no estrangeiro. Todos nós, interessados na sua saída, estamos em condições de o ajudar"[69].

66 "À la demande de Salazar, le gouvernement interdit le bulletin en langue portugaise édité par le PCF". *L'Humanité*, 14 de Outubro de 1964.
67 Relatório dos Renseignements Généraux, Março de 1967, Archives de la Préfecture de Police de Paris, GD 53.
68 Outro *Portugal Informação* é publicado em 1970, em França, ligado à FPLN.
69 Carta-circular, Agosto de 1967, Arquivo Tómas Ferreira Rato.

Estes diferentes títulos ligados aos partidos comunistas e à CGT preocupam, como vimos, as autoridades portuguesas e francesas. Contudo, vários relatórios policiais franceses tendem a matizar a influência destas publicações junto dos trabalhadores portugueses:

> todos os esforços desenvolvidos pelos comunistas portugueses e franceses e pela CGT para conseguir que os trabalhadores portugueses se juntem a estas várias formações têm permanecido até agora pouco eficazes (...). Este fracasso deve-se em primeiro lugar ao fato de os trabalhadores portugueses ignorarem tudo do sindicalismo, inexistente em Portugal, e também à reserva prudente que adotam[70].

Os portugueses em França também têm medo dos informadores PIDE/DGS, temendo que a leitura destes jornais ou a sua sindicalização lhes cause problemas. Paradoxalmente, o próprio jornal *O trabalhador* alimenta este medo. No seu quarto número, um longo artigo é dedicado à agressão de um militante sindicalista português que distribuía o jornal da CGT no bairro de lata de Champigny-sur-Marne. Esta agressão é qualificada de "acto de banditismo feito à maneira da Pide em Portugal, praticado por quatro fascistas ou agentes provocadores policiais"[71].

Em Portugal, tanto a polícia política como os seus informadores, têm interesse em exagerar a influência dos comunistas franceses e portugueses e o sucesso da propaganda comunista. Podem assim justificar os seus subsídios e a ação de vigilância exercida. Em 1966, um relatório dum agente da PIDE baseado na Guarda, região que conhece uma forte emigração dirigida para França, afirma:

> É frequente encontrar nas mãos dos trabalhadores rurais provenientes de França, o jornal *O trabalhador*, que terá de considerar-se tão perniciosa, ou mais, do que qualquer das publicações do PC: *Avante!*, *Militante*, etc. A leitura de qualquer número deste jornal deixa adivinhar perfeitamente até onde vai a influência do PCF sobre os nossos emigrantes — a maior parte dos quais, quando regressam as suas terras, representa um autêntico perigo. Embora se diga 'defender dos interesses dos trabalhadores portugueses, residentes em França', o que ele é, em realidade, é um instrumento de penetração comunista, orientado contra a ordem social existente no nosso país[72].

70 Relatório dos Renseignements Généraux, Março de 1967, Archives de la Préfecture de Police de Paris, GD 53.
71 "Criminosa agressão". *O trabalhador*, Janeiro de 1964, n°4, p.1.
72 Relatório da delegação da PIDE na Guarda, 15 de Junho de 1966, IANTT/PIDE/DGS, SC CI (2) 623, pasta 2, NT 7026.

## 2.3. Lutar contra a propaganda subversiva

Estas publicações comunistas e sindicais, lançadas a partir de 1963, provocam uma reação junto de pessoas próximas do regime salazarista. Temendo que os portugueses em França apenas possam ler publicações subversivas, várias pessoas e instituições propõem jornais, boletins, revistas. Nem sempre defendem abertamente a ditadura portuguesa, achando que os emigrantes desconfiam do governo de Lisboa. Estas publicações próximas das autoridades portuguesas encontram-se rapidamente em concorrência: concorrência para ganhar leitores, concorrência para obter subvenções do Estado, para atrair publicidade dos bancos português que pretendem captar as poupanças dos emigrantes portugueses em França.

O primeiro jornal que se propõe lutar contra a propaganda comunista é obra dos párocos da missão católica portuguesa em Paris. Fundada em 1957, a pedido da Igreja francesa, que queria que os portugueses da região parisiense fossem acompanhados espiritualmente, a missão católica portuguesa é constituída por párocos conservadores, ansiosos por manter os trabalhadores portugueses afastados de influências que consideram prejudiciais. Os membros da missão animam as missas e rendem os vários sacramentos. Ajudam os portugueses a regularizar a sua situação junto das autoridades francesas e fornecem contratos de trabalho aos recém-chegados. A partir do final os anos 1950, os párocos da missão pretendem ser os únicos a assistir os milhares de portugueses na região parisiense. Enviam numerosas cartas a figuras políticas portuguesas para elogiar a sua própria atividade — que apresentam como patriótica — e para pedir ajuda financeira. Nestas cartas, os padres recuperam a retórica salazarista sobre a bondade do povo português: um povo bom, saudável, mas sem espírito crítico e perdido quando está longe da sua aldeia e do seu padre. Assim, em 1963, a missão escreve num relatório:

> Todos nós estamos plenamente convencidos de que o povo português, por natureza, não é dos mais atritos para aderir às doutrinas comunistas. Mas também é certo que o nosso trabalhador é sensível e reconhecido a quem lhe faz o bem mesmo que seja aparente e lhe facilite o caminho para atingir o ideal que o obrigou a emigrar. Tem sido esta a causa do desnorteamento de muitos[73]

Embora as relações entre a missão católica e os diplomatas portugueses em França fossem tensas — ao apresentarem-se como os únicos a auxiliar os portugueses em França, os missionários sugerem que os diplomatas não cumprem o seu dever de proteger os seus compatriotas no estrangeiro (Pereira, 2014a) — em 1964, os párocos da missão lançam uma publicação, apoiada financeiramente pelas autoridades portuguesas: *A voz da saudade*. Nesta

73 Nota da missão católica portuguesa em Paris, 1 de Dezembro de 1963, IANTT/PIDE/DGS, SCCI (2) 623, pasta 1, NT 7026.

publicação, a missão apresenta-se como a representante dos portugueses em França, desempenhando assim o papel de intermediário entre a população e o Estado, papel que muitos párocos tinham no mundo rural do centro e do norte de Portugal. Logo na primeira página do primeiro número do jornal aparece a fotografia do Presidente da República Portuguesa, Américo Tomás. A fotografia acompanha um artigo relatando a visita dos membros da missão ao palácio de Belém. Os párocos apresentam-se ali como os legítimos representantes dos portugueses da região parisiense:

> Trocamos com o Sr. Presidente algumas impressões sobre a capacidade realizadora do nosso trabalhador, do seu portuguesismo, da sua fé, e à medida que íamos falando o Sr. presidente deixava transparecer uma firme determinação e confiante esperança no futuro. Nesta hora em que ventos de inveja sopram de todos os lados contra a pátria procurando derruba-la, arrebatando a paz e o bem espiritual e material dos seus filhos, foi motivo de alegria para o Sr. Presidente saber que os emigrantes portugueses estão a sentir as afrontas cometidas contra Portugal e as repudiam com firmeza. O Sr. Presidente saúda efusivamente nesta hora e por intermédio da *Voz da saudade* todos os portugueses dispersos pela vasta região de Paris e Versalhes, incitando-os à união de vontades e inteligências para maior gloria de Deus, bem-estar das famílias e engrandecimento da Pátria[74].

A publicação dá conta da atividade dos missionários e trata de temas religiosos. Mas os padres lidam abertamente com assuntos políticos. No segundo número, o editorial critica um artigo de *O trabalhador* que denunciava estes párocos que vieram "para defender um regime nefasto para os trabalhadores e completamente desacreditado"[75]. Mais adiante, outro artigo questiona algumas das afirmações feitas por jornalistas franceses sobre Portugal: "é falso os portugueses virem fugidos à ditadura de Salazar. Em Portugal não há ditadura, há ordem. (....). Em Portugal há patriotismo e vontade firme de querer segurar e defender o que é nosso há mais de 400 anos"[76]. Segundo a missão católica, *A voz da saudade* é um grande sucesso. Durante uma mesa-redonda organizada pelo *Diário popular*, um dos missionários, o Padre Joaquim Monteiro Saraiva declara que "a missão distribui gratuitamente o jornal *A voz da saudade* que, desde o seu aparecimento, e não obstante a sua modéstia, mereceu do público a melhor aceitação". Este jornal teria contribuído para "neutralizar a ação descristianizadora, desnacionalizadora e abominável das publicações comunistas em língua portuguesa"[77].

Contudo, o tom utilizado pela *Voz da saudade* e os temas abordados pelos missionários não agradam a todos os representantes da Igreja portuguesa em França, uma igreja então

74 "Portugal fala aos portugueses". *A voz da saudade*, Abril de 1964, n°1.
75 "Os padres portugueses e a sua acção 'envangelisadora' (sic)". *O trabalhador*, n° 1, Maio de 1963, p.8.
76 "Final das minhas entrevistas à imprensa francesa". *A voz da saudade*, n° 2, Maio de 1964.
77 "Mesa-redonda da emigração". *Diário popular*, 21 de Fevereiro de 1965, p.25.

abalada pelo desenvolvimento de uma corrente "progressista", encarnada pelo Bispo do Porto, que foi banido de Portugal em 1959 (Almeida, 2008). O relatório do encontro entre sete missionários portugueses residentes em diferentes cidades francesas e o diretor nacional das obras católicas de emigração consta que *A voz da saudade*, "tal qual apareceu e atua não parece poder enquadrar-se na missão de uma missão católica, tal qual foi definida pela Igreja e dentro do espírito da comissão episcopal francesa de emigração"[78].

Em França, a corrente católica progressista expressa-se junto dos emigrantes portugueses. Em 1965, em Vitry-sur-Seine, nos arredores de Paris, militantes católicos progressistas portugueses instalados em França fundam, juntamente com militantes católicos franceses, um jornal: *Presença Portuguesa*. Este jornal é um sucesso notável e é rapidamente distribuído em toda a França. Esta publicação afirma informar os imigrantes portugueses sobre os seus direitos. Através de uma secção intitulada "Cartas ao editor", *Presença Portuguesa* pretende resolver os vários problemas administrativos enfrentados pelos emigrantes franceses. Finalmente, o jornal transmite as principais ideias do catolicismo progressista, numa língua apropriada para um público pouco alfabetizado, evitando ao mesmo tempo uma oposição frontal à ditadura portuguesa e às guerras coloniais. Apesar da sua prudência, *Presença Portuguesa* é considerada pela polícia política como um jornal de "tendência contrária ao nosso regime político"[79].

Se *A voz da saudade* não reúne o apoio de todos os católicos em França, este jornal também não convence os diplomatas portugueses em França. Apesar de não hesitarem em pedir aos padres da missão católica informações sobre o estado de espírito da população portuguesa na região parisiense, tanto a embaixada como o consulado português em Paris alimentam queixas contra os missionários desde o final dos anos 1950. Como a missão sempre se apresentava como a única instituição que ajudava os emigrantes portugueses, os diplomatas eram, por vezes, acusados de nada fazerem. Estas críticas expressam-se mesmo na Assembleia Nacional. Depois de receber uma carta de um pároco da missão, um deputado declara assim em 1962:

> O tempo, Sr. Presidente, em que os diplomatas usavam punhos de renda e casacas de cetim todos sabemos ter passado. O tempo em que os embaixadores de Sua Majestade se deslocavam em coches dourados, mirando de longe a populaça e limitando-se a pisar os salões dos palácios, não é forçosamente aquele em que vivemos. (Vozes: — Muito bem!) Penso que é necessário, na diplomacia como em todos os nossos campos, ter um triunfo, uma campanha vigorosa, atenta e contínua. (Vozes: — Muito bem, muito bem!)[80].

78 Relatório da reunião dos missionários dos emigrantes portugueses em França efetuada de 12 a 14 de Outubro de 1964, IAN-TT, Arquivo do Ministério do Interior, caixa 283.

79 Nota do diretor da delegação da DGS no Porto dirigida ao diretor da DGS, 13 de Maio de 1971, IAN-TT, Arquivo da PIDE/DGS, SC CI (2) 8625, NT 7539.

80 Discurso de António Santos da Cunha à Assembleia Nacional, 25 de Janeiro de 1962, Diário das sessões, nº 21, 8ª legislatura, 1ª sessão legislativa, p. 509.

Em Paris, o embaixador Marcelo Mathias fica desagradado com este discurso. Além disso, os diplomatas consideram que a atividade dos membros da missão está longe de ser financeiramente desinteressada. Os padres são acusados de receberem dinheiro quando colocam trabalhadores portugueses junto de empresas ou particulares. Marcelo Mathias queixa-se assim diretamente a Salazar "de uma 'soi-disant' missão católica de assistência aos imigrantes que se transformou numa agência de colocação de clandestinos"[81]. No ano de 1964, perante o desafio constituído pelas publicações comunistas e constatando que *A Voz de Portugal* não é um instrumento suficiente para reduzir o peso da propaganda comunista, o Ministro dos Negócios Estrangeiros encarrega o consulado português em Paris de criar uma associação que possa ajudar os portugueses no domínio administrativo, oferecer atividades de lazer e um boletim informativo. O objetivo é desviar os portugueses dos sindicatos e das associações próximas do Partido Comunista Português. Fazendo comparações com outros países que recebem muitos emigrantes portugueses, tais como o Brasil, os diplomatas portugueses em França queixam-se da ausência de uma "elite" na "colónia", elite que poderia desempenhar espontaneamente este papel de enquadramento dos trabalhadores. Como a emigração massiva em França é recente e que a maioria dos emigrantes que vieram nos anos 1920 faleceram, são idosos ou distantes de Portugal, os diplomatas têm dificuldade em encontrar alguém em quem confiar. Os diplomatas temem também que indivíduos desonestos possam tirar proveito da vulnerabilidade dos migrantes. Por exemplo, em 1964, a polícia francesa prende Abílio Moreira por suspeita de "forjar certificados de emprego, dirigir uma agência de emprego ilegal e ajudar e assistir estrangeiros que se encontravam ilegalmente em França"[82]. Abílio Moreira tinha fundado o consultório jurídico-social em 1963 e a associação de assistência aos trabalhadores portugueses em 1964. Lança também de forma legal, o *Boletim do consultório jurídico-social*, cujo primeiro número aparece em Agosto de 1964. O objetivo do consultório é de "defender os interesses dos portugueses instalados em França e, de uma maneira mas particular, os de todos aqueles que tendo vindo para este país, para trabalhar, muitíssimo mais carecem de ser amparados por uma assistência sincera, devotada e eficaz"[83]. A prisão de Abílio Moreira põe fim a esta publicação. Contudo, para a diplomacia portuguesa, é necessário constituir uma associação composta por pessoas próximas das autoridades portuguesas, associação que poderia ser ativa no domínio da assistência social e cultural dos portugueses em França, domínio no qual o Estado português brilha pela sua ausência.

Em 1965, o cônsul português em Paris consulta várias personalidades e instituições portuguesas em França (como a Câmara de comércio luso-portuguesa, a Casa de Portugal,

81 Carta de Marcelo Mathias dirigida a António de Oliveira Salazar, 16 de Fevereiro de 1963, IAN-TT/AOS/CD-6.
82 Relatório dos Renseignements Généraux, Março de 1967, Archives de la Préfecture de Police de Paris, GD 53.
83 "A nossa razão de ser". *Boletim do consultório jurídico social*, Agosto de 1964, p.1

etc.). Neste processo, o cônsul aborda o banqueiro português Manuel Bulhosa que, em 1965, obteve a maioria das ações da *Banque Franco-portugaise d'Outre-mer*, um banco que detinha o monopólio de fato das remessas dos emigrantes portugueses em França. Bulhosa recorre a um engenheiro português estabelecido em França desde 1917: Ayres de Aguiar. Com outros figuras empresariais e representantes de empresas portuguesas em França, é criada a Associação Nacional de Portugueses em França, autorizada a funcionar por despacho ministerial de 3 de Dezembro de 1965. Os *Renseignements Généraux* são totalmente a favor da autorização desta associação porque, segundo eles, "a ajuda mútua social e a criação de organizações recreativas e culturais são o melhor meio de neutralizar a propaganda cégéto-comunista no meio estrangeiro"[84]. A ANPF publica um jornal: *Correio português* cujo diretor é um antigo professor de filosofia e de literatura que lecionava numa escola privada de Cascais: Joaquim Monteiro Afonso. Significativamente, o primeiro número de *Correio Português* aparece o 10 de Junho de 1966, um feriado nacional, então chamado "dia da raça". Apesar da apresentação gráfica rudimentar dos primeiros números, o jornal aumenta rapidamente o volume das suas páginas, incorporando fotografias, jogos e várias rúbricas. Torna-se bimensal em Junho de 1968 e depois semanal em Abril de 1969. A melhoria gráfica do jornal e o aumento da sua circulação (segundo um relatório policial de Maio de 1971, o jornal tinha então uma circulação de 7 000 exemplares) resultou do apoio do Banque Franco-Portugaise d'Outre-Mer, que utiliza o jornal para apresentar os seus serviços aos trabalhadores portugueses. Numa carta intercetada pela PIDE, Manuel Bulhosa explica que o rápido lançamento do jornal se deveu ao fato de "se preparar a saída de um periódico representativo da colónia portuguesa, com fundos de origem suspeita e pronto a desancar tudo o que no Terreiro do Paço possa tomar assento". O banqueiro procura profissionalizar a publicação, cujos primeiros números vendem-se pouco: ele defende a realização de uma "prospeção do mercado feita por profissionais competentes, de modo a prevenir-se contra o fiasco que até mesmo sob o aspeto político nosso seria desastroso"[85].

*Correio Português* pretende combater a influência dos jornais publicados por entidades contrárias à ditadura — sindicatos franceses, grupos políticos portugueses de esquerda e de extrema-esquerda. Numa carta dirigida em Fevereiro de 1968 ao Secretário de Estado da Presidência do Conselho, Ayres de Aguiar justifica os subsídios que pede ao Governo português do seguinte modo:

84 Nota do diretor do Renseignements Généraux, 16 de Outubro de 1965, AN, 19800042/26.

85 Carta de Manuel Bulhosa dirigida a Tito de Arantes, 12 de Janeiro de 1967, IAN-TT, Arquivo da PIDE/DGS, SC CI (2) 3213, NT 7255.

> Cremos que todos os portugueses que se sintam com uma parcela de responsabilidade ou simplesmente com o sentimento de interesse nacional, não podem nem devem ignorar o que representa 200 000 a 300 000 compatriotas que saíram de Portugal convictos de que todos os seus problemas, são devidos ao nosso atual regime e que, em França, vêm encontrar um meio de inteira liberdade, mas geralmente nociva para a maioria dos nossos trabalhadores. Ao chegaram a este país são presa fácil e tentadora para todas as influências, mesmo as mais subversivas.
>
> Estamos agora a ver aparecer agrupamentos, associações e publicações em português, provavelmente subvencionados por organismos extremistas que estão a angariar prosélitas e que vão constituindo um perigo que não podemos nem devemos ignorar.
> A maioria dos nossos trabalhadores é de crer que voltara para Portugal. Com que tendência política, se por aqui só tiverem encontrado organizações portuguesas de revolta?
> A Associação Nacional dos Portugueses em França é um dos poucos elementos que pode ajudar a contrabalançar estas influências, como a leitura do nosso jornal *Correio Português* o vem demonstrando número apos número[86].

O jornal mostra rapidamente a sua ambição de se tornar o elo de ligação que une todos os portugueses em França, o representante da "colónia" portuguesa em França junto das autoridades de Lisboa e o meio de comunicação preferido do governo com os seus nacionais em França. Para além dos numerosos anúncios publicitários para o banco que o subsidia, o jornal publica artigos sobre a ação da ANPF no campo cultural e mais particularmente sobre os clubes de futebol que a associação criou, num vocabulário e num desenho gráfico adaptado a um público pouco alfabetizado. Uma parte substancial dos artigos do jornal é dedicada à atualidade do futebol português, tanto em França como em Portugal. O futebol é o meio privilegiado para o discurso patriótico da ANPF. Com efeito, o futebol serve para transmitir um "nacionalismo banal" que, nos anos 1960-1970, associa-se a um "luso-tropicalismo banal" (Cardão, 2015), instrumentalizando os sucessos do Sport Lisboa e Benfica e da seleção nacional, que incluía, nesta época, vários jogadores nascidos nas colónias, incluindo o mundialmente famoso Eusébio. Através do futebol, a ANPF tenta incutir entre os emigrantes a visão de uma nação portuguesa multicontinental e multirracial promovida na altura pela ditadura salazarista a fim de legitimar a sua recusa da descolonização (Pereira, 2016). *Correio Português* apresenta a equipa do Benfica como a "mais representativa do futebol português e, ao mesmo tempo a equipa 'mais portuguesa' de Portugal em face da sua 'eterna' política

86 Carta de Ayres de Aguiar dirigida ao Secretário de Estado da Presidência do Conselho, 12 de Fevereiro de 1918, IAN-TT, Arquivo do ministério do Interior, caixa 388.

de apenas admitir nas suas fileiras jogadores nacionais"[87]. Numa outra edição, esta equipa é apresentada como um poderoso vetor para ligar Portugal e os portugueses dispersos pelo mundo: "O Benfica é um laço de união para os emigrantes"[88].

O futebol tem a vantagem de ser um meio de propaganda sem parecer ser um. Este desporto permite ao *Correio português* tomar posições políticas sem ter que se referir diretamente a Salazar ou a outros membros do governo português. Depois da sua visita a França para tratar do ensino do português aos filhos dos emigrantes, Henrique Martins de Carvalho, ex-ministro da Saúde, observa que *Correio Português* "tem aceitação nos meios portugueses por se abster de intervenções políticas demasiadamente acentuadas e colocar os problemas na base dos interesses concretos dos emigrantes e dos interesses gerais do país"[89]. Por exemplo, a figura de Salazar é ausente desta publicação e as entrevistas com funcionários administrativos (da Junta da Emigração, do Secretariado Nacional da Emigração, da Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, etc.) são privilegiadas. No entanto, a chegada ao poder de Marcelo Caetano é relatada pelo jornal, que define o seu discurso inaugural como uma "perfeita e magnífica lição de mestre"[90].

Apesar do apoio inicial do consulado português em Paris e do apoio financeiro do *Banque Franco-Portugaise d'Outre-Mer*, *Correio Português* atravessa dificuldades importantes. Por um lado, alguns colaboradores deixam o jornal para fundar outra publicação. O semanário *Portugal Popular*, dirigido por António Pardal, aparece em 1969. Este jornal pretende atingir o mesmo público que *Correio Português* e usa receitas semelhantes: defesa da causa dos emigrantes, assistência administrativa, notícias sobre o futebol e promoção do patriotismo. Numa carta enviada ao Secretário de Estado da informação e turismo, António Pardal explica que escolheu, como símbolo do jornal, "a caravela das grandes epopeias marítimas, para que o nome e grandeza da pátria andassem sempre perto de cada emigrante português"[91]. Esta associação entre emigração e grandes descobertas, bastante comum depois do 25 de Abril de 1974 (Oriol, 1985; Pereira, 2017b), tinha por objetivo alimentar o patriotismo dos portugueses no estrangeiro, dar-lhes um motivo de orgulhar-se de Portugal. No entanto, esta associação também tinha como objetivo de ocultar as causas profundas da emigração dos anos 1960-1970: a fuga à miséria, a vontade de ultrapassar barreiras sociais dificilmente transponíveis em Portugal, a recusa das guerras coloniais, a oposição ao Estado Novo.

Depois de um ano de existência, o diretor de *Portugal Popular* pretende que a tiragem

87 "Benfica em Paris. Noite de Gala para o futebol português". *Correio Português*, Maio de 1967, n° 9, p.8.
88 "O Benfica é um laço de união para os emigrantes". *Correio Português*, n° 69, Março de 1969, p.9.
89 Relatório sobre a cobertura cultural dos emigrantes e lusodescendentes, Julho de 1968, Arquivo da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, ME CO/MV/VP, EMG 7.
90 "Professor Marcello Caetano novo Presidente do Conselho". *Correio Português*, n°28, Outubro de 1968, p.1.
91 Carta de António Pardal dirigida ao Secretário de Estado da Informação e Turismo, 15 de Dezembro de 1970, AHD, Arquivo Paris, maço 551.

do jornal atinge 8500 exemplares. Uma nota dos *Renseignements Généraux* em 1973 indica que a circulação do jornal é de 25 000 exemplares. No entanto, este número parece exagerado. Como a publicação era impressa em Portugal, as autoridades policiais francesas facilmente podiam enganar-se (ou ser enganadas). Uma das chaves do sucesso de *Portugal Popular* parece ter residido numa aparente oposição às autoridades portuguesas: o jornal critica os consulados — na altura totalmente incapazes de receber todos os emigrantes e de conceder rapidamente os documentos pretendidos — e a legislação portuguesa sobre passaportes. O cônsul em Paris queixa-se da "campanha cerrada contra os consulados, com aspetos verdadeiramente difamatórios, em que põe em causa (...) não apenas os consulados, ou as pessoas dos cônsules, mas o Ministério dos Negócios estrangeiros e o seus altos funcionários, assim como o governo e os seus membros ou ex-membros"[92]. O aparecimento de *Portugal Popular* alimenta uma forte competição com o *Correio Português* mas também com outros títulos que surgem no fim dos anos 1960: *Notícias de Portugal* e *Voz de Portugal*. O cônsul português em Paris resume assim, em 1970: "os diretores dos diversos jornais portugueses que se publicam para os emigrantes são, de um modo geral, ex-colaboradores e presentemente inimigos ferozes uns dos outros"[93]. Por exemplo, em 1970, António Pardal queixa-se de ter sido raptado durante algumas horas e os seus colaboradores acusam outros jornais do ataque.

Para além da saída de colaboradores que lançam os seus próprios jornais, *Correio Português* sofre de problemas financeiros. O jornal tem mais custos que benefícios e a gestão de Joaquim Monteiro Afonso é bastante criticada. Estas críticas conduzem ao seu despedimento em Agosto de 1971. Para as autoridades portuguesas, as dificuldades de *Correio português* representam um verdadeiro problema político. Em 1970, o cônsul português em Paris observa que, na ausência de uma política social em grande escala conduzida pelo Estado português para os seus nacionais em França, a existência de um jornal que apoia o governo é indispensável:

> não obstante esses homens modificarem inevitavelmente a mentalidade no seio da sociedade industrial para onde vêm viver; e serem em certa medida inevitavelmente permeáveis à influência de organizações subversivas ou, pelo menos, anti-portuguesas; e, em grande parte, proporem-se regressar um dia a Portugal. O problema da colónia portuguesa em França, na verdade, não é equiparável, sob o ângulo politico, ao das comunidades portuguesas, por exemplo, na América do Sul. O emigrante português em França vem e viaja com frequência a Portugal. A maior parte das vezes tenciona voltar um dia a estabelecer-se na sua terra. Torna-se, assim, um agente infiltrador de novas ideias, com aspetos positivos e aspetos negativos; o seu problema, do ponto de vista político, merece particular atenção.

92 Ofício do cônsul de Portugal em Paris dirigido ao embaixador de Portugal em Paris, 23 de Janeiro de 1970, AHD, Arquivo Paris, maço 551.

93 Ofício do cônsul de Portugal em Paris dirigido ao embaixador de Portugal em Paris, 16 de Fevereiro de 1970, AHD, Arquivo Paris, maço 551.

> Independentemente da influência do meio, sente-se a necessidade em França, em virtude das vastas proporções alcançadas pela colónia, de um órgão de informação capaz de se elevar acima do nível da muito pobre imprensa portuguesa que circula aqui (os chamados 'jornais da colónia', embora editados em Portugal) e de, sem prejuízo da sua independência, e por isso da sua possibilidade de crítica, exercer uma função esclarecedora útil ao governo e aos consulados[94].

Apesar desta preocupação política do cônsul e das medidas tomadas pelo jornal para reduzir as suas despesas, *Correio Português* desaparece em 1971. No entanto, vários jornais ficaram a ocupar a posição qualificada pelo cônsul de 'jornais da colónia', isto é jornais, que afirmam ser escritos por emigrantes e destinados a emigrantes, que pretendem reunir todos os portugueses em França, que se apresentam como independentes mas recebem muitas vezes subsídios governamentais e apoios de bancos portugueses que, a partir de 1969, investem o mercado das remessas de emigrantes portugueses que, até então, tinha sido o monopólio de fato do *Banque Franco-Portugaise d'Outre-mer*. Estes jornais favoráveis ao governo português, contém quase todos a palavra Portugal ou português no título, escolha muito menos frequente, como veremos, nos jornais da esquerda radical. Em Setembro de 1969, surge *Notícias de Portugal*, dirigido por Artur de Oliveira e Teresa de Almeida, cujo subtítulo é: *Ao serviço do mundo português*. No ano seguinte, o padre Vítor Melícias Lopes e Valentim Morais criam *O emigrante. Um eco do Portugal distante*. Como outras publicações, o jornal afirma ser o porta-voz e o defensor dos emigrantes. No seu primeiro editorial, intitulado "agir servindo", o jornal pretende

> ser a tribuna gratuita dos que não têm advogado. Por isso, onde há um problema, estaremos nós. (...) Uma voz sufocada, uma angústia emudecida, estará *O emigrante*; grito independente da verdade e da justiça em prol do progresso e felicidade dos portugueses, grito dos que ficaram em defesa dos que partiram[95].

Este semanário, publicado em Portugal e visado pela censura, é lançado no luxuoso hotel Ritz em Lisboa. Este lugar provoca as críticas do diretor do jornal *O emigrante*, criado em Clermont-Ferrand em 1962. O padre Alexandrino Rodrigues Cardoso refere-se, com desdém, ao cocktail "a que foram muitas pessoas que nunca emigraram, mas que talvez vivam à custa dos emigrantes"[96]. Além disso, Alexandrino Rodrigues Cardoso protesta contra o título principal, idêntico ao seu jornal criado oito anos antes, título do qual se considera o proprietário legal.

94 Ofício do cônsul de Portugal em Paris dirigido ao embaixador de Portugal em Paris, 23 de Janeiro de 1970, AHD, Arquivo Paris, maço 551.
95 "Agir servindo". *O Emigrante*, n°1, 12 de Janeiro de 1970, p.1.
96 "Insólito portanto, inesperado". *O Emigrante*, n°48, Fevereiro de 1970, p.1.

Este novo jornal, próximo do governo, parece desempenhar o papel atribuído, em 1964 *A voz da saudade*, e em 1966, a *Correio Português*. A partir do segundo número, é mencionada uma visita dos diretores do jornal ao Presidente da República, que já tinha recebido em 1964 os padres da missão católica portuguesa, para o jornal *A voz da saudade*. O jornal apoia a liberalização da política de emigração promovida por Marcelo Caetano a partir de 1968 (Pereira, 2014a) e publica entrevistas com os novos atores desta política pública, tais como Américo Sáragga Leal, que se torna Secretário Nacional da Emigração em 1971. Em 1971, *O emigrante* funde-se com *A voz de Portugal*, uma publicação criada por Manuel da Silva Martins, com a colaboração de José Agostinho das Neves. Silva Martins, exilado em França a partir de 1950, era, nas décadas 1950 e 1960, um jornalista ligado à oposição não comunista. Na década de 1950, ele é o correspondente em Paris do jornal *República* e ele representa o General Humberto Delgado em França. Silva Martins apoia também a LUAR, como Camilo Mortágua realça nas suas memórias (Mortágua, 2013). Licenciado em direito, Silva Martins afirma também resolver os problemas administrativos dos emigrantes portugueses em França. No final dos anos 1950, ele é considerado como um dos membros mais influentes da população portuguesa em França e é nesta qualidade que Rui da Nóbrega o contata em 1959. No final dos anos 1950 e início dos anos 1060, porém, as autoridades portuguesas suspeitam-no de vender contratos de trabalho a emigrantes portugueses. A Polícia Judiciária abre um inquérito sobre a sua atividade. Em 1968, Silva Martins funda *A voz de Portugal*, altura em que ainda colabora com militantes de LUAR. Numa carta que envia a Marcelo Caetano em 1972, Silva Martins apresenta a sua iniciativa da seguinte forma:

> Fui convidado para dirigir um jornal em língua portuguesa, destinado aos nossos emigrantes neste país que tem o apoio do alto patronato e o estímulo dos meios governamentais competentes. Esta iniciativa do governo e do patronato resulta do receio que uns e outros tinham de ver os sindicatos esquerdistas, CGT e outros, enquadraram os nossos trabalhadores, como parecia tudo se preparar, o que não está nem no interesse dos portugueses, nem do patronato e nem, creio eu, dos governos português e francês. Isso seria simplesmente uma política especulativa e demagoga, com prejuízo para todos[97].

Em 1971, Silva Martins negoceia os 4000 assinantes que *A voz de Portugal* afirma ter com a direção de *O Emigrante*. *O Emigrante* oferece-lhe assim 50 escudos por cada assinante de *A voz de Portugal* que prolonga a sua assinatura ao novo jornal resultante da fusão. Numa carta dirigida a Américo Sáragga Leal, uma carta sugerindo a sua aproximação com as autoridades de Lisboa, Silva Martins explica esta escolha: "tomamos esta iniciativa com a convicção

97 Carta de Manuel da Silva Martins dirigida a Marcelo Caetano, 25 de Fevereiro de 1972, IAN-TT, Arquivo da presidência do Conselho de Ministros de Marcelo Caetano, caixa 835.

de assim melhor podermos fazer uma obra válida. Nunca tive queda para dirigir um jornal e muito menos para o administrar"[98]. Finalmente, entre estes jornais que afirmam proteger os portugueses e tecem relações com as autoridades portuguesas, podemos acrescentar *O mensageiro*, cujo diretor executivo é José Agostinho das Neves, o antigo anarquista dos anos 1920-1930, sobrevivente dos campos nazis. Após a Segunda Guerra Mundial, Agostinho das Neves desiste da militância ativa e inicia uma carreira como jornalista profissional. Trabalha para a seção portuguesa da ORTF e é correspondente de vários jornais portugueses, incluindo o *Jornal de Notícias*. Os *Renseignements Généraux* assinalam que ele deixou de ser um opositor à ditadura e, em 1951, ele obteve da polícia política portuguesa o direito de regressar de férias sem ser incomodado. Em Portugal, visita redações de jornais que tinha frequentado no passado. A 7 de Setembro de 1951, o jornal *República* publica uma breve nota sobre a visita de Agostinho das Neves "que não visitava o nosso país há 18 anos"[99]. Ao longo dos anos, torna-se um jornalista conhecido e é nomeado diretor da Associação da Imprensa Estrangeira em Paris nos anos cinquenta. Embora tenha mantido correspondência com anarquistas portugueses como Jaime Brasil ou Alexandre Vieira, José Agostinho das Neves aproxima-se das autoridades portuguesas em Paris. Em 1961, Marcelo Mathias, então embaixador em França, afirma que ele prestou "um grande serviço [a Portugal] através dos seus contactos e amizades nos círculos da imprensa francesa"[100]. Em 1970, a prefeitura de polícia de Paris informa que Agostinho das Neves irá em breve abrir "um gabinete jurídico-social para trabalhadores portugueses, com o acordo dos serviços oficiais portugueses em Paris"[101]. Esta aproximação de José Agostinho das Neves com as autoridades portuguesas dececiona alguns adversários da ditadura de Salazar. Nas suas memórias, João Freire, que se exilou em França em 1967 depois de ter desertado e que se torna militante anarquista, recusa-se a encontrar-se com José Agostinho das Neves, embora reconheça que tem um "valoroso passado de lutador". Porém, naquela época, colaborando com jornais apoiados por bancos portugueses e próximos das autoridades portugueses, segundo João Freire, José Agostinho das Neves "só podia ser visto como um vendido, um serventuário das autoridades portuguesas"(Freire, 2007, p. 427). No entanto, o jornal de que Agostinho das Neves é gerente, *O Mensageiro*, existe apenas durante um ano e desaparece logo em 1972.

98 Carta de Manuel da Silva Martins dirigido a Américo Sáragga Leal, 3 de Setembro de 1971, IAN-TT, Arquivo da PIDE/DGS, SC CI (2) 145, NT 6967.
99 *República*, 7 de Setembro de 1951.
100 Ofício do embaixador de Portugal em Paris dirigida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 16 de Junho de 1961, AHD, Arquivo Paris, Maço 522.
101 Relatório da Prefeitura de Polícia de Paris, 13 de Março de 1970, AN, 001900042/26.

## 2.4. Uma mobilização política reduzida

Neste inventário de jornais próximos das autoridades portuguesas, devemos notar uma ausência: nenhuma publicação procura mobilizar os portugueses em França, nenhuma procura defender abertamente os líderes portugueses, transmitir orgulhosamente os valores da ditadura. Em vez disso, jornais próximos das autoridades procuram evitar assuntos que lhes pareçam abertamente políticos e assumem frequentemente que a maioria dos imigrantes desconfiam das autoridades portuguesas. O apoio às autoridades portuguesas é raramente assumido. No entanto, como vimos, vários jornais reproduzem parte da propaganda da ditadura, incluindo o luso-tropicalismo, através de meios indiretos, tais como artigos sobre futebol ou narrando feitos históricos ligados às Grandes Descobertas. Por exemplo, em 1971, *O emigrante-Voz de Portugal* publica um artigo relatando a participação de filhos de emigrantes em campos de férias em Moçambique. Para ilustrar este artigo, uma fotografia mostra Marcelo Caetano dando uma cópia dos Lusíadas de Camões a uma jovem filha de emigrantes. O império é assim apresentado, direta ou indiretamente, como um património inquestionável.

Duas publicações, porém, de origem distinta, veiculam uma mensagem mais abertamente política. A primeira — *Saudades de Portugal* — é lançada em 1967 pela Emissora nacional. Trata-se, portanto, duma publicação intimamente ligada ao aparelho de propaganda oficial onde trabalham militantes da direita radical (Marchi, 2013). Baseando-se em particular nas cartas enviadas pelos leitores — embora podemos desconfiar da autenticidade destas cartas — esta revista retoma os principais elementos do discurso salazarista sobre a emigração (Pereira, 2014a). Assim, logo no primeiro número, um emigrante relata a sua viagem clandestina, o seu "salto". Não parte porque se opõe ao regime ou porque se recusa a combater nas guerras coloniais, mas "por causa do tempo que demorava a tratar dos papéis e do trabalhão que isso dava". É enganado pelos passadores — construídos pelas autoridades portuguesas como o bode expiatório para explicar a emigração clandestina (Pereira, 2010) — e, uma vez em França, sofre de saudade. Assim, pergunta à revista "como é que eu podia voltar a Portugal para passar as férias e eu queria ser sempre português, tenho a quarta classe e 34 anos e se aquilo em África fosse bom, eu ia para lá, porque, ao menos, é gente portuguesa e que se conhece"[102]. Este relato edificante provoca este comentário da revista: "Que o patriotismo de que dá provas se mantenha sempre na sua vida e que os outros portugueses que vivem em terras estranhas vejam em si um exemplo"[103]. Outra carta supostamente enviada por um emigrante radicado em France critica os portugueses que pedem a nacionalidade francesa. Segundo o autor da carta, estes portugueses "esquecem-se de que a França, como todos os

102 "Peripécias de uma viagem". *Saudades de Portugal*, n° 1, Abril de 1967, p.7.
103 "Peripécias de uma viagem". *Saudades de Portugal*, n° 1, Abril de 1967, p.7.

países honrados do mundo, carece é de homens honestos e não de cobardes"[104]. Uma rúbrica da revista intitula-se "porque não pensar em voltar?" São apresentados exemplos do suposto progresso económico de Portugal, tanto na metrópole como nas colónias.

Segundo a revista, a emigração é frequentemente uma miragem e os portugueses devem permanecer no seu próprio país. Se os portugueses emigram, não é porque estão a fugir da miséria ou da opressão. É porque eles continuam a epopeia dos grandes navegadores: "os portugueses, homens que em todos os tempos tiveram o gosto da aventura, a ânsia de conhecer novos mundos, novas terras, novas gentes, emigram levados pela realidade e pelo sonho"[105]. A revista cita mesmo palavras de Salazar evocando os ideais do corporativismo, uma ideologia então amplamente desvalorizada em Portugal nos anos 1960-1970, mesmo no seio do Ministério das Corporações e Previdência Social, como Howard Wiarda ironicamente apontou (Wiarda, 1977, p. 232).

Encontrámos rasto de apenas uma publicação defendendo a ditadura, o império, e procurando mobilizar os emigrantes. Em 1970, António da Silva Pena Loulé, um jovem de 19 anos, filho de emigrantes portugueses a viver em Nantes, escreve a Marcelo Caetano e, durante uma estadia em Lisboa, contata vários oficiais militares e funcionários de alto nível, incluindo Pedro Feytor Pinto, diretor dos serviços de informação (Pinto, 2011). Este último apoia o pedido de subvenção formulado pelo jovem português: "raras vezes me foi dado encontrar um tal entusiasmo e uma tal fé, aliadas a uma imensa simplicidade. Tudo quanto faz lhe parece ser o mais natural do Mundo; simplesmente por que gosta do seu país"[106]. António da Silva Pena Loulé e antigos combatentes das guerras coloniais vivendo em França,

> editam um jornal em papel policopiado, a que chamaram *O patriota*, e de que se juntam os primeiros exemplares. Na apreciação desses jornais constata-se a notável precisão dos argumentos utilizados, que respondem simples e diretamente aos argumentos que nos são opostos (...). Quanto ao argumento que se lhes pode invocar de fraca qualidade literária, e mesmo linguística, do português que utilizam disse-me estar perfeitamente consciente disso, mas ser esse um ótimo elemento a seu favor, pois é a linguagem que os emigrantes falam e estudam, batendo assim o caracter demasiado intelectual das publicações que combatem, feitas normalmente por estudantes[107].

De regresso em Nantes, Loulé agradece Pedro Feytor Pinto e confirma-lhe os seus objetivos: "Fazer compreender aos emigrantes português que o Ultramar é o motivo de um futuro

104 *Saudades de Portugal*, n°3.
105 "Nota de abertura". *Saudades de Portugal*, n° 2, 1967.
106 Carta do diretor dos serviços de informação dirigida ao diretor-geral da informação, 14 de Novembro de 1970, Arquivo histórico do Ministério da Defesa Nacional, SGDN 6951/8.
107 Carta do diretor dos serviços de informação dirigida ao diretor-geral da informação, 14 de Novembro de 1970, Arquivo histórico do Ministério da Defesa Nacional, SGDN 6951/8.

melhor; repudiar as calúnias dos inimigos de Portugal; fazer conhecer as realizações de Portugal; servir Portugal na sua realidade pluricontinental e multirracial; cultivar o amor pátrio; que todos nos devemos cumprir o dever, serviço militar"[108]. Através da Casa de Portugal em Paris, Loulé obtém uma subvenção para a compra de um copiador. No entanto, a audiência do seu jornal parece muito reduzida.

O caso do jornal *O Patriota* representa a exceção que confirma a regra. Nem o Ministério do Interior, nem o partido único, nem a Legião Portuguesa, nem movimentos de extrema-direita parecem ter considerado publicar um jornal — teórico, doutrinal, mobilizador — destinado aos emigrantes em França. Esta ausência remete obviamente à natureza do regime salazarista, pouco preocupado em mobilizar as classes populares (Pinto, 1992). Remete também à natureza elitista dos movimentos de extrema-direita da época que não concebiam os emigrantes como um público suscetível de aderir as suas ideias (Marchi, 2009). Com efeito, os emigrantes tinham pouco capital cultural e o fato de terem deixado o país sugeria um distanciamento em relação aos ideais nacionalistas.

### 2.5. Imprensas radicais

A multiplicação de publicações portuguesas em França começa em 1964 e intensifica-se no início da década de 1970. O ano de 1973 parece ser o ano em que mais títulos portugueses são publicados simultaneamente em França: por volta de 60. Este crescimento é o resultado de vários fatores: a chegada massiva de exilados, particularmente de jovens fugindo às suas obrigações militares, o aumento da entrada de emigrantes portugueses em França (mais de 350 000 emigram em França entre 1969 e 1971), a diversificação e a radicalização do exílio político português em França. Como vimos, em 1963-1964, foram lançadas publicações ligadas aos partidos comunistas portugueses e/ou franceses. O PCP tem nesta altura uma influência impar no seio da oposição anti-salazarista. Contudo, a partir do final dos anos 1950, formam-se vários movimentos que criticam a "prudência" do PCP, a sua incapacidade em derrubar a ditadura que vacila após o terramoto que representa a campanha de Humberto Delgado nas eleições presidenciais de 1958. O PCP é acusado de se confinar a uma "oposição de papel", de favorecer a defesa do seu aparelho clandestino em vez de atacar frontalmente a ditadura. O envolvimento de Humberto Delgado em várias ações (participação no DRIL, que organiza o desvio do transatlântico Santa Maria em Janeiro de 1961, tentativa de insurreição em Beja no início de 1962, etc.) e o início das guerras coloniais, em 1961, encorajaram parte

108 Carta de António da Silva Pena Loulé dirigida a Pedro Feytor Pinto, 9 de Novembro de 1970, Arquivo histórico do Ministério da Defesa Nacional, SGDN 6951/8.

da oposição a assumir a luta armada. Um destes primeiros movimentos foi o Movimento de Acção Revolucionária (MAR), fundado em 1962. Alguns membros deste movimento estão em Paris — como António Lopes Cardoso e Carlos Veiga Pereira — e publicam *Acção revolucionária* em 1963. O título sugere uma crítica profunda do PCP: é exigido Ação e Revolução. Como resume Susana Martins: o MAR quer "a luta armada imediata e a luta anticolonial" (Martins, 2018, p. 148).

Em 1963, em Paris, Francisco Martins Rodrigues, membro do comité central do PCP, rompe com o partido cuja linha política ele vinha criticando há vários meses (Cardina, 2011; Madeira, 2013b; Pereira, 2015). Para Martins Rodrigues, atento às teses defendidas pelo Partido Comunista Chinês e pelo Partido Comunista Albanês, a "coexistência pacífica" é um erro. No caso de Portugal, ele remete em causa a estratégia do PCP, apesar e ela ter sido largamente reformulada depois da fuga de prisão de Álvaro Cunhal em 1960 (Pereira, 2015). Na segunda metade dos anos 1950, durante a prisão de Álvaro Cunhal, o PCP tinha uma estratégia que será depois qualificada de "desvio de direita". Acreditando que a ditadura podia cair pacificamente, devido aos antagonismos internos das classes que a apoiavam, o PCP considerava que era necessário colaborar com os desiludidos do salazarismo, com parte da classe média e com os militares insatisfeitos. Assim que fugiu da prisão, Cunhal reconsiderou estas teses. Segundo ele, a ditadura não ia cair sozinha, mas com um levantamento nacional armado desencadeado por uma parte dos militares apoiados pelas classes populares. No âmbito da tese da coexistência pacífica, que enfatiza a transição pacífica para o socialismo, as ideias de Cunhal são próximas da heterodoxia. No entanto, Cunhal consegue conciliar teses aparentemente antagónicas e revela-se um dos principais críticos da linha chinesa e albanesa no seio do movimento comunista internacional. No entanto, esta posição de Cunhal não convence Martins Rodrigues, que considera que o partido deve privilegiar a aliança entre operários e os camponeses, em detrimento da propaganda dirigida à burguesia liberal, apoiar mais fortemente os movimentos de libertação anticolonial e empreender a luta armada o mais rapidamente possível. No início de 1964, ainda em Paris, Martins Rodrigues é expulso do PCP, nomeadamente por ter roubado uma máquina de escrever do partido. Neste período, Martins Rodrigues funda a Frente de Acção Popular (FAP) e, depois, o Comité Português Marxista-Leninista (CMLP), as duas primeiras cisões maoístas vindas do interior do PCP. Cada movimento tem a sua própria publicação: *Acção popular* para a FAP e *Revolução popular* para o CMLP. Em França, na Argélia e em várias cidades europeias, Martins Rodrigues, juntamente com Rui d'Espiney, João Pulido Valente e Manuel Claro, tenta convencer vários militantes do PCP a juntarem-se à sua linha que apresenta como justa. Estas ideias encontram um eco junto de alguns estudantes portugueses em França que pertenciam ao PCP ou eram simpatizantes deste partido. Segundo um estudante que chegou a Paris em Agosto de 1964, "o ambiente das conversas era altamente politizado, coisa que raramente acontecia em Portugal. Além disso, os pontos de vista apesar de diversos, situavam-se nitidamente nas opções

da extrema esquerda"[109]. Os militantes da FAP divulgam as suas ideias na altura das eleições que tiveram lugar no seio da União dos Estudantes Portugueses em França (UEPF), uma associação anteriormente controlada por estudantes ligados ao PCP. Apesar do PCP manter o controlo sobre a UEPF, depois de eleições renhidas, a FAP e a CMLP continuam a atrair jovens militantes desapontados com a posição do PCP relativamente à luta armada e ao serviço militar. Com efeito, o PCP defende que os comunistas não devem fugir o exército mas, pelo contrário, alistar-se e estar perto dos trabalhadores e estudantes forçados a lutar em África. Assim seria possível infiltrar o exército, divulgar entre os soldados os slogans a favor da independência, organizar deserções coletivas (Pereira, 2017). No entanto, estas diretivas são mal aceites por muitos jovens que preferem deixar Portugal antes de embarcar para África (Aranha & Ademar, 2018).

O CMLP e a FAP sofrem um importante revés em 1965-1966 com as detenções, em Portugal, dos seus principais dirigentes: João Pulido Valente, Rui d'Espiney e Francisco Martins Rodrigues. Por medo de serem presos, alguns militantes que se tinham juntado aos seus movimentos em Portugal exilaram-se. Em Paris, militantes destas organizações planeiam libertar os dirigentes presos. Mas novas detenções realizadas pela PIDE anulam estes projetos. Com a prisão do fundador do movimento, os membros da FAP e do CMLP discutem longamente sobre as ações a realizar e a estratégia a implementar. Em Março de 1967, um relatório dos *Renseignements Généraux* pretende que a "FAP, que não se manifestava em França, há vários meses, encontrou pouca audiência entre os emigrantes da região parisiense"[110].

No entanto, alguns indivíduos próximos das ideias de Francisco Martins Rodrigues e que também deixaram o Partido Comunista Português fundam a Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular em 1965. Esta liga, à qual pertenciam por exemplo Maria Lamas, António José Saraiva, Alfredo Margarido, Manuel Villaverde Cabral, Humberto Belo e Moisés Espírito Santo, organiza conferências e peças de teatro. Defende a conceção de uma cultura "ao serviço do povo na sua luta para se libertar da ignorância, das superstições, dos mitos e das crenças religiosas que contribuem para a miséria, a opressão e para a exploração do homem pelo homem"[111]. Em 1968, a liga publica *O jornal do emigrante*. Logo na primeira edição, mesmo antes das primeiras vendas, a publicação auto-intitula-se: "jornal de maior expansão entre os portugueses emigrados em França". O jornal respeita a legislação francesa: tem um gerente francês (Geneviève Fernandez-Vieira), está registado na secção de imprensa do Ministério Público do Sena e é impresso em França (ao contrário das publicações próximas das autoridades portuguesas que são mais frequentemente impressas em Portugal). Como a

109 Auto de perguntas de José Luis Machado Feronha, 10 de Janeiro de 1966, IAN-TT, Arquivo PIDE/DGS, SC PC 2499/65, NT 5780.
110 Relatório dos Renseignements Généraux, Março de 1967, Archives de la Préfecture de Police de Paris, GD 53.
111 *Boletim informativo da Liga portuguesa do ensino e da cultura popular*, n° 1, Fevereiro de 1968.

maioria das publicações destinadas aos emigrantes, o *Jornal do Emigrante* afirma "estabelecer um elo de união, para que se crie uma verdadeira comunidade entre os milhares e milhares de portugueses que aqui vivem"[112]. A orientação marxista, antifascista e anticolonialista aparece logo a partir da primeira edição. O jornal pretende ser um "jornal de trabalhadores para trabalhadores" (e não um jornal de portugueses para portugueses como pretende ser *Correio Português* por exemplo). Um artigo é também dedicado à morte de Che Guevara cuja "vida é um exemplo dum revolucionário, dum amigo do povo"[113].

Os membros da Liga levam a cabo um grande esforço para atingir o leitorado pretendido. Numa carta enviada aos associados da liga, é afirmado que

> o jornal é vendido nos quiosques da banlieu (sic) e em certos estabelecimentos comerciais instalados nos bidonvilles onde habitam portugueses. O resultado na venda nos quiosques depende da publicidade que foi feita nessa zona. Apesar da equipa de jornal ser pouco numerosa para realizar cabalmente este trabalho, conseguiu-se, no entanto, colar cerca de 10. 000 affiches e cartazes e distribuir diretamente uns 5 000 panfletos informativos de conteúdo do jornal (...). Ultimamente todos os fins de semana são constituídas várias equipas de vendedores que se deslocam aos locais de mercado para venderem pessoalmente o jornal. O trabalho destas equipas, se do ponto de vista material nos dá uma compensação relativa, permite-nos, no entanto, um contacto direto com os trabalhadores que nos é extremamente importante[114].

Este esforço parece dar os seus frutos. Em outubro, de 1968, uma nota dos serviços de informação franceses relata que o jornal tem uma tiragem de 10 000 exemplares. A fim de apoiar financeiramente o jornal e distribuí-lo entre os portugueses residentes na região parisiense, a Liga organiza festas em que se apresentam cantores opostos ao regime. Em Novembro de 1968, Luís Cília, José Mário Branco e Sérgio Godinho dão um concerto em Villiers-sur-Marne, perto do bairro de lata de Champigny-sur-Marne. Numa carta intercetada pela PIDE, um dos principais animadores do jornal, Moisés Espírito Santo, confessa a uma amiga residente em Portugal que o evento foi o "maior sucesso até agora registado na emigração". No entanto, acrescenta: "até aqui faltava dinheiro e o jornal saia, agora, há dinheiro e não há tempo para fazer o jornal"[115]. Nos meses seguintes, o jornal conhece várias dificuldades, não apenas por causa da falta de tempo dos seus animadores, que muitas vezes estudam e/ou são obrigados a trabalhar para sobreviver. As principais dificuldades do jornal decorrem das

112 "Primeiras palavras". *Jornal do emigrante*, n°1, Janeiro de 1968, p. 1.
113 "Morte de 'Che' Guevara'". *Jornal do emigrante*, n° 1, Janeiro de 1966, p. 4.
114 Circular do *Jornal do Emigrante*, Janeiro de 1968, IAN-TT, Arquivo da PIDE/DGS, SC CI(2) 81, NT 6959.
115 Carta de Moisés Espírito Santo dirigida a Fernanda França Garrido Silva, 9 de Novembro de 1968, IAN-TT, SC CI (2) 2565, NT 7217.

divisões entre membros do jornal, divisões que se integram nas concorrências entre vários movimentos marxistas-leninistas. A liderança de Moisés Espírito Santo é, em primeiro lugar, posta em causa dentro da redação e depois um conflito entre pessoas ligadas ao PCP (M-L) e aos núcleos O Comunista fragiliza o jornal. As críticas feitas ao jornal remetem para a sua suposta falta de ortodoxia e suposta falta de capacidade para tocar a massa dos trabalhadores emigrantes. O aparecimento de outros jornais pretendendo ser os mais representativos da emigração portuguesa não é alheia a estes conflitos. O *Jornal do emigrante* desaparece em 1972, tendo aparecido "diferentes edições, com o mesmo número e título, de responsabilidade de grupos rivais que reclamavam a propriedade do jornal" (Pereira, 2013, p.359)

A partir de 1967-1968, depois de debates doutrinais por vezes acalorados, os militantes exilados que tinham aderido à FAP e ao CMLP dividem-se entre diferentes movimentos ou partidos: os núcleos O comunista, criados em 1968, A Vanguarda, em 1969, os Comités comunistas revolucionários marxistas-leninistas em 1970, o Partido Comunista de Portugal (M-L) em 1970, etc. Outros movimentos maoístas nascem fora da matriz do CMLP, muitas vezes com militantes mais jovens que nunca tinham integrado as fileiras do PCP. Além disso, alguns portugueses juntam-se a movimentos maoístas franceses que estão particularmente atentos aos trabalhadores imigrantes, considerados como a parte mais explorada da classe trabalhadora e, portanto, a mais suscetível de se revoltar, ao contrário dos trabalhadores franceses que são acusados de se terem "emburguesados" (Collet, 2019). Estes movimentos maoístas franceses, internacionalistas, acolhem militantes estrangeiros. Por exemplo, em 1970, um relatório dos *Renseignements Généraux* indica que vários militantes estrangeiros, nove dos quais são portugueses, pertencem à *Gauche Prolétarienne* (um movimento proibido em 1970). As ligações entre militantes maoístas franceses e portugueses manifestem-se, entre outras coisas, no domínio das publicações. *A Causa do imigrante* é um suplemente da *Cause du peuple*, da *Gauche Prolétarienne*. Vários intelectuais franceses próximos do maoísmo aceitam ser gerentes de títulos publicados por exilados portugueses: Jean-Paul Sartre é o diretor de *O Alarme!* publicado em Grenoble a partir de 1972.

Estes movimentos marxistas-leninistas alimentam fortes tensões e animosidades, sobre pontos doutrinários, sobre o papel estratégico do exílio, sobre a construção de um verdadeiro Partido Comunista (o Partido Comunista Português é acusado de ter traído à classe operária portuguesa), sobre as modalidades de luta armada ou da deserção, etc.

Se o maoísmo domina dentro da esquerda radical no exílio (em termos de número de organizações e de militantes), outras correntes desenvolvem-se: a LUAR surge em 1967 e faz prevalecer a ação direta (assalto do Banco de Portugal na Figueira da Foz em 1967, tentativa de ocupação temporária da cidade da Covilhã em Agosto de 1968, etc.); grupos trotskistas, movimentos libertários e socialistas.

O léxico utilizado nos títulos sugere esta radicalização do exílio político português em França. Depois das primeiras publicações relacionadas com os partidos comunistas francês e

português e com a FAP e o CMLP, várias publicações mencionam a componente estudantil do exílio. Em 1965, aparecem *24 de Março: orgão da junta patriótica de estudantes portugueses no estrangeiro* e *Estudante revolucionário* editado pela FAP. Em 1966 são publicados o *Boletim: orgão da união dos estudantes portugueses em França* e *Movimento estudantil*, ligado à UEPF. Desde a "crise" de 1962, muitos estudantes mobilizaram-se e alguns deles foram expulsos das universidades, forçados ao exílio para escapar à repressão e/ou para continuar os seus estudos (Garrido, 1996; Accornero, 2016). No entanto, numa perspetiva marxista-leninista, a identidade de estudante, sinónimo de "burguês", é escondida em favor da identidade de trabalhador ou de operário. Esta preferência pelos termos trabalhador/operário decorre também do processo de desclassificação social que muitos jovens estudantes, refratários e desertores experimentam ao chegarem a França (Pereira, 2020). Para sobreviver, são obrigados a encontrar um emprego — numa fábrica, como guarda-noturno, etc. — e assim partilham a experiência dos militantes "établis" que partem trabalhar nas fábricas para conhecer a classe trabalhadora e tentar influenciar as suas lutas (Vigna, Zancarini-Fournel, 2009). A partir de 1967-1968, o campo semântico do mundo operário e do trabalho é privilegiado: *O proletariado*, publicado pelo CMLP em 1967, *A classe operária* em 1970, *Combate operário* em 1973, suplemento do jornal *Rouge* da *Ligue communiste révolutionnaire* (LCR), *Os proletários não têm pátria* em 1974. Em 1968, o termo emigrante é usado pela primeira vez por exilados políticos portugueses no *Jornal do emigrante* publicado, como vimos, pela Liga portuguesa do ensino e da cultura popular. O vocabulário trabalhador/emigrante/português articula-se como por exemplo em *A voz do povo: orgão dos trabalhadores portugueses da emigração*, publicado em 1968.

Outro campo semântico ganha grande impulso no final dos anos 1960: o das guerras coloniais. Publicações específicas sobre as guerras coloniais e as lutas dos insubmissos, refratários e desertores multiplicam-se no início da década de 1970: *Lutte anti-colonial* em 1971, *Luta/lutte* em 1972, *Boletim do comité de apoio aos desertores portugueses em França* em 1973, *A voz do desertor* em 1973. Nalgumas publicações mais "generalistas" o tema das guerras coloniais e da deserção é omnipresente como é o caso nas paginas de *O comunista* (criado em 1968) ou de *O Salto*, nascido em 1970 e animado por militantes do PCP (M-L). Estas publicações denunciam as exações portuguesas em África, apoiam os movimentos anticoloniais (como o PAIGC e a figura de Amílcar Cabral), incitam à deserção ou à insubordinação e tentam alertar a opinião pública francesa (e ocidental em geral) para estes conflitos. Uma vez que Portugal utiliza armas de origem francesa no teatro colonial, o objetivo de vários movimentos é tentar forçar o governo francês — e mais geralmente todos os membros da NATO acusados de apoiarem uma ditadura sangrenta — a deixar de exportar armas para Portugal. Para melhor convencer um público que pouco conhece as colónias portuguesas, alguns títulos são escritos exclusivamente ou parcialmente em francês. Muitos paralelos entre estas guerras coloniais e a Guerra do Vietname são sugeridos. Numerosos artigos denunciam a ajuda americana dada a Portugal e inscrevem assim estas guerras coloniais no anti-imperialismo particularmente

poderoso na esquerda radical francesa deste período (Artières & Zancarini-Fournel, 2008).

Para estas organizações da esquerda radical, que são obviamente clandestinas, vigiadas pelas autoridades portuguesas e francesas, cujos militantes, por vezes pouco numerosos, receiam ser expulsos, a publicação de um ou mais títulos é fundamental. No caso das publicações da esquerda radical portuguesa em França, podemos utilizar a fórmula proposta por Geneviève Dreyfus-Armand no seu livro sobre o exílio republicano espanhol em França: "publicar um jornal, é afirmar a sua existência política e organizacional, o primeiro e o mais fundamental dos sinais desta afirmação" (Dreyfus-Armand, 1999, p. 245). José Pacheco Pereira, ele, cita uma passagem de Lenine que inspira muitos movimentos marxistas-leninistas: "o jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador coletivo. Ele é, também, um organizador coletivo" (Pereira, 2013, p. 30). Mesmo para os movimentos que defendem a luta armada, criticando a oposição de papéis e as discussões intelectuais estéreis, a publicação de um título é indispensável para se dar a conhecer e para se posicionar em relação aos outros grupos. Por vezes, é mesmo a publicação que dá o nome à organização e mobiliza os seus membros. É o caso, por exemplo, dos núcleos "O comunista", cujo jornal é publicado a partir de 1968.

Algumas organizações distribuíram vários títulos, cada um com objetivos e alvos distintos dentro duma conceção leninista: um jornal central, um boletim interno, um órgão de frente, um jornal de massas (para emigrantes), um órgão juvenil, um boletim interno da organização juvenil, e jornais de frente e unitários. Por exemplo, o PCP (M-L), que surge do CMLP, publica em 1969 *Unidade popular* como jornal central, que sucede a *O proletariado* publicado em Paris desde 1967, *O novo militante* como órgão teórico, *Servir o povo* como órgão juvenil, *Boletim interno de organização da UEC (M-L)* como boletim interno da organização juvenil, *A verdade sobre a luta dos estudantes* como jornal unitário e *Clac vencerão* como jornal anticolonialista. Esta multiplicação de títulos encontra-se noutros movimentos, exigindo um grande investimento por parte dos seus militantes para escrever estes títulos e distribuí-los.

Dentro destas publicações, independentemente das sensibilidades, vários temas são centrais: a denúncia da ditadura e da sua repressão, a luta contra o capitalismo (com uma insistência nos anos 1970 sobre os investimentos estrangeiros em Portugal), as guerras coloniais, a condição dos imigrantes em França (as suas habitações frequentemente precárias, a exploração que sofrem, as dificuldades administrativas, as restrições à imigração com as circulares Fontanet-Marcellin de 1973 (Pereira, 2014b)). Várias publicações pretendem também transmitir aos seus leitores a sua interpretação da história do movimento operário português e internacional. Artigos debruçam-se assim sobre a Comuna de 1871, a revolução de 1917, mas também o 18 de Janeiro de 1934 em Portugal. Estas leituras do passado participem, obviamente, da pretensão de cada grupo em ser o legítimo representante do movimento operário português.

Algumas publicações são simplesmente mimeografadas e não incluem fotografias ou desenhos. Outros, especialmente em função dos recursos financeiros disponíveis, dos apoios

exteriores, etc., publicam fotografias. O jornal *Fronteira*, publicado pela Luar a partir de 1973, primeiro na Bélgica e depois em França, possuía uma redação e demonstrava um certo cuidado na apresentação. Para tentar atrair leitores, algumas publicações continham desenhos ou mesmo bandas desenhadas. Um dos cartoonistas que contribuiu para a imprensa radical no exílio foi Vasco de Castro, que se instalou em Paris em 1961 e contribuiu para a imprensa francesa. Participando nos núcleos O comunista, ele tem um estilo influenciado pelo *Atelier Populaire* durante os eventos de Maio de 1968, usa a cor vermelha e é voluntariamente irónico, como testemunha várias décadas depois:

> eu controlava o núcleo de imprensa, encarregado de fazer o jornal da organização, de nome *O Comunista*, nome da própria organização. O núcleo de imprensa escrevia os textos e entregava-mos para eu organizar as oito páginas do jornal, começava pelo logótipo, que desenhei no estilo grafiti, num tom mais selvagem que o costume e fazia bater à máquina os textos em colunas que colava nas dimensões da página, a ir à impressão. O tom geral era de uma linguagem populista, teoricamente simplista para mais fácil leitura dos emigrados de poucas leituras (Castro, 2013, p. 284).

Uma vez a publicação composta, é necessário imprimi-la. Uma das reprografias que será utilizada por várias publicações, de diferentes sensibilidades, é a Répro-rapid cujos gestores são portugueses: Camilo Mortágua e Idálio Fialho, ambos passados pela LUAR. A Répro-rapid publica textos e jornais não só de exilados portugueses mas também de exilados de diferentes nacionalidades e de movimentos da esquerda radical francesa (Mortágua, 2013). Estes títulos são vendidos de diferentes fomas. Algumas livrarias parisienses são especializadas neste tipo de literatura e são frequentadas por muitos estudantes e militantes. Este é o caso da famosa livraria dirigida por François Maspero, *La joie de lire*, na rue Saint-Séverin, no Quartier latin. Tanto a livraria como a editora de François Maspero propõem as publicações da esquerda radical e dos movimentos anti-imperialistas e anticoloniais. Para os exilados que acabam de chegar a Paris ou para os portugueses de passagem que pretendem estar a par das novidades políticas e intelectuais, *La Joie de Lire* é um lugar incontornável. Outras livrarias vendem publicações portuguesas, tais como a livraria Norman Bethune no Boulevard Saint-Michel ou a livraria portuguesa na rue Gay-Lussac, gerida por socialistas portugueses. Como vimos no caso do *Jornal do emigrante*, militantes iam vender jornais nos locais onde os emigrantes portugueses viviam ou trabalhavam. Mesmo que não conseguissem vender estes títulos, podiam esperar estabelecer contato com uma população bastante reticente em relação a qualquer coisa que parecesse ser política. As vendas são portanto organizadas perto dos bairros de lata onde os portugueses vivem, nos mercados que frequentam (como o de Villiers-sur-Marne), nos seus locais de trabalho ou na saída das fábricas. Por exemplo, os militantes de O Comunista vendiam exemplares da publicação epónima na Renault-Billancourt onde alguns deles trabalhavam. À saída desta fábrica, considerada emblemática da classe operária

francesa, e particularmente na Porte Zola por onde saíam os Operários Especializados (O.S.) (principalmente imigrantes), os militantes da esquerda radical tentavam vender as suas publicações (Viguier, 2020).

Outros eventos oferecem oportunidades para a distribuição destes jornais. É o caso das festas organizadas por associações fundadas por militantes da esquerda radical. Por exemplo, as associações agrupadas no Movimento dos trabalhadores portugueses emigrados, fundado por militantes do PCP (M-L) que publicam *O Salto*, estão na origem de muitos eventos culturais e desportivos. Este dinamismo alerta o cônsul português em Paris em 1972, Pedro Pinto, que se torna secretário de Estado da Informação e Turismo no ano seguinte. Para Pedro Pinto, estes grupos

> promovem festas aos sábados onde atraem os portugueses com bailes e ping-pong. Pouco a pouco fazem passar filmes de doutrina política comunista e exibem filmes dos movimentos terroristas da Guiné, Angola e Moçambique. Em todos esses clubes se dissemina o ódio aos governos português e francês com mais habilidade[116].

Alguns militantes também tiram partido de jogos de futebol que envolvem clubes portugueses. Por exemplo, em 1969, o consulado português em Paris informa que num jogo entre o Estrela Vermelha e o Sporting Club de Portugal em Versalhes, foram vendidos exemplares de *Portugal livre* e *Portugal enchaîné*. Ambos os títulos são publicados pelo Comité Portugal Livre de Manuel Rio (cujo verdadeiro nome é Manuel Coelho da Silva). Este indivíduo que se instalou em França em 1966 é suspeito por muitos opositores ao Estado Novo de ser um informador e/ou um provocador da PIDE. Manuel Rio publicou vários livros, brochuras e títulos de jornais denunciando a ditadura salazarista e apelando à luta armada. Como a sua presença em redor do estádio de futebol de Versalhes em 1969 o revela, Rio não temia ter visibilidade no espaço público, visibilidade que conduziu as autoridades francesas a adverti-lo e alimentou as suspeitas de muitos exilados. Após o 25 de Abril de 1974, Manuel Rio foi preso em Portugal durante algumas semanas por suspeita de ter colaborado com a polícia política. Regressou a França onde, a partir daí, denunciou a ditadura "social-comunista" que alegadamente se tinha instalado em Portugal e continuou a publicar vários livros

É difícil avaliar como estas publicações eram recebidas pelos trabalhadores emigrantes: as tiragens de muitos títulos são muito limitadas e mesmo os jornais com tiragens mais importantes nem sempre vendiam todos os seus exemplares. Além disso, comprar uma publicação nem sempre significa lê-la e partilhar o que ela defende. Alguns emigrantes puderam comprar

116 Telegrama do cônsul de Portugal em Paris, 20 de Outubro de 1972, IANT-TT, Arquivo da PIDE/DGS, SC CI (2) 19113, NT 7830.

exemplares para apoiar organizações e os seus militantes sem subscreverem ao seu conteúdo.

Parte da imprensa portuguesa publicada em França, especialmente os títulos mais teóricos, devia ser distribuída em Portugal. No entanto, era necessário contornar a vigilância da polícia política, da alfândega e de outras forças de segurança. Como as cartas vindas do estrangeiro eram frequentemente abertas pela polícia política, muitas publicações enviadas de França não chegavam aos seus destinatários (mesmo quando eram utilizados envelopes com o cabeçalho de empresas ou de personalidades próximas do regime). Estas interceções policiais podiam mesmo comprometer os destinatários de tais envios. Para introduzir publicações impressas em França e iludir a vigilância das autoridades portuguesas, vários movimentos — incluindo o PCP, que teve a ajuda de militantes franceses para introduzir propaganda política em Portugal — pediram a camaradas franceses de introduzir panfletos, jornais e/ou revistas fazendo-se passar por turistas. Este processo beneficiava do fato do turismo internacional crescer em Portugal a partir dos anos 1960. O afluxo massivo de emigrantes que todos os anos regressavam a Portugal para as suas férias de verão também facilitou a introdução de jornais e outras publicações. Em 1972, o chefe do posto fronteiriço da DGS em Caia informa o diretor-geral da DGS:

> Por informação digna de crédito, são os emigrantes portugueses, radicados em França, abordados por elementos anti-portugueses, junto aos autocarros, quando é este o meio de transporte que os conduz ao comboio ou os traz, diretamente, a Portugal. É distribuída aos mesmos propaganda subversiva e aconselhados não só a dizerem o pior do país, mas também a fazerem todo o mal que possam. Muitos deles são portadores de embrulhos, entregues por esses elementos, a fim de fazerem entrega deles a pessoas ditas suas amigas e que vivem no país[117].

Finalmente, alguns indivíduos correm o risco de trazer jornais com eles, escondendo-os na sua bagagem ou nos seus carros. No entanto, quando são referenciados pela polícia (em consequência de denúncias, por exemplo) ou suspeitos são revistados na fronteira, ao regressar ao país. Por exemplo, a 19 de Abril de 1972, José Eurico Bernardo Fernandes é detido na fronteira de Caia porque um mandado de captura tinha sido lançado contra ele no ano anterior. A DGS desmonta o carro que conduzia e encontra no interior das portas — entre a forra e a chapa — detonadores elétricos e numerosas publicações da FPLN, das Brigadas Revolucionárias e da FRELIMO. Fernandes, que se instalou em a França em 1964, tinha primeiro militado no PCP e depois juntou-se às Brigadas Revolucionárias através de Carlos Antunes. Tal como ele, outros portugueses foram presos por transportar literatura considerada subversiva.

117 Ofício do chefe do posto da DGS em Caia dirigido ao diretor-geral de segurança, 17 de Julho de 1972, IAN-TT, Arquivo da PIDE/DGS, SC CI (1) 14, pasta 25, NT 1147.

## 2.6. Pensar Portugal

Nem todas as publicações periódicas portuguesas em França eram organicamente ligadas a partidos ou movimentos políticos. Alguns pretendem mesmo evitar tensões e rivalidades entre partidos e militantes e favorecer a reflexão política, filosófica e/ou histórica. Estas reflexões aspiram a pensar Portugal, o exílio, a exclusão de milhares de pessoas do país, uma exclusão que pode ser fonte de sofrimento. Estes estudos tornam possível manter a ligação com o país de onde se teve de sair. Estudar Portugal é também uma forma de combater a ditadura. O conhecimento é uma arma. Compreender como e porquê a ditadura sobrevive deste os anos 1920 pode permitir de combater a sua perpetuação. Interpretações que reduzem a sobrevivência da ditadura apenas à repressão ou ao apoio de potências estrangeiras são uma fonte de insatisfação para muitos exilados que tentam ir além destas explicações. Muitos procuram então estudar como nasceu a ditadura, quais são os seus apoiantes, como se desenvolve o capitalismo. Todas estas perguntas, quase impossíveis de colocar em Portugal por causa da censura e da repressão, articulam-se com objetivos políticos. Manuel Villaverde Cabral, exilado em França de 1964 a 1974, salienta que para ele e " para tantos colegas da minha geração nos idos de 60, [existia] a tentação de projectar a vocação para as ciências sociais, *et pour cause*, na actividade política » (Cabral, 2008, p. 36). Manuel Villaverde Cabral está sem dúvida a pensar na revista *Cadernos de Circunstâncias* da qual foi um dos organizadores — juntamente com Alfredo Margarido, Fernando Medeiros, João Freire, Alberto Melo, Aquiles de Oliveira, Jorge Valadas e José Rodrigues dos Santos — entre 1967 e 1970. A revista publica sete números que encontram um eco significativo entre a oposição exilada, mas também em Portugal, onde circula de mão em mão. Num dos seus escritos onde tenta rebater as críticas formuladas por movimentos e intelectuais da esquerda radical contra o partido que dirige, Álvaro Cunhal evoca repetidamente os artigos dos *Cadernos de Circunstância* (Cunhal, 1971). José Pacheco Pereira considera que os *Cadernos de Circunstância* são "talvez a mais influente das publicações do exílio" (Pereira, 2013, p. 94). O subtítulo da revista — *Análise e documentos da vida portuguesa* — sugere que a publicação não representa um movimento ou um partido e não pretende afirmar a linha política correta: os artigos — alguns dos quais são o resultado de um processo de escrita coletiva — visam compreender a sociedade portuguesa e ir além dos discursos habituais sobre o salazarismo, confrontando-se à realidade (a partir do uso de estatísticas por exemplo). Alguns textos esboçam assim uma abordagem histórica da ditadura. Vários membros dos *Cadernos de Circunstância* começaram então a dedicar-se à investigação académica, encetando doutoramentos em universidades francesas. Outras publicações desenvolveram as mesmas ambições que os *Cadernos de Circunstância*, rejeitando o sectarismo e favorecendo a reflexão: *Cadernos*, publicado pelo Círculo de iniciativa política animado por José da Silva Marques entre 1972 e 1973, *Polémica*, do Grupo revolução socialista. Alguns exilados portugueses instalados em França participam também a revistas animadas noutros

países europeus. O exílio é, de fato, transnacional. Entre estas revistas existia *Polémica* (publicada em Genebra em 1970) ou *Perspectiva* (publicada em Lovaina entre 1967 e 1970).

## Conclusão

Com a Revolução dos Cravos, muitos exilados portugueses regressam ao seu país. A imprensa ligada à esquerda radical desaparece gradualmente, especialmente depois do fim do processo revolucionário no final de 1975. No entanto, a imprensa dirigida aos emigrantes portugueses em França representou também um desafio para os diferentes governos em Lisboa, para o Movimento das Forças Armadas mas também para os diferentes partidos políticos. De fato, o 25 de Abril trouxe uma grande mudança: os emigrantes tornam-se cidadãos e podem doravante — sob condições bastante restritivas (Pereira, 2014c) — votar. Além disso, num período marcado pela deterioração das contas públicas e da balança de pagamentos, as remessas dos emigrantes são essenciais para a economia portuguesa. Logo em 1974, as autoridades portuguesas ficam preocupadas com os boatos que circulam em França e com os conselhos que alguns bancos portugueses dariam aos emigrantes para que estes não enviassem o seu dinheiro para Portugal. Com a entrada de comunistas no primeiro Governo Provisório, alguns emigrantes temem que um governo comunista se instala em Portugal, impondo uma distribuição das terras e das casas. Alguns emigrantes acreditam que podem perder os resultados das suas poupanças.

Em 1 de Novembro de 1974, o *Expresso*, longe de ser o jornal mais radical naquela altura, publica um artigo sobre os "boatos" que circulariam em França. O semanário pretende que os rumores se alimentam da "falta de informação e sobretudo [da] informação deturpada (...). Os rumores levaram muitos emigrantes a fazerem os seus depósitos em França e a não transferir o dinheiro para Portugal"[118]. Nos dias seguintes, uma funcionária da Secretaria de Estado da Emigração desloca-se em França e faz um inquérito sobre as práticas dos bancos portugueses em França. A funcionária realça a influência, considerada prejudicial, de *Portugal Popular*, dirigido por António Pardal e ligado ao Banco Pinto & Sotto Maior "um dos mais lidos pelos emigrantes, se não mesmo o mais lido"[119]. Os governantes portugueses queixam-se assim dos jornais ligados aos bancos portugueses mas também do tom muitas vezes depreciativo usado na imprensa francesa para evocar os acontecimentos portugueses. Querendo dar uma imagem considerada mais justa do que está a acontecer em Portugal, os governantes

118 "Ofensiva contra Portugal em França da parte dos portugueses". *Expresso*, 1 de Novembro de 1974.

119 Inquérito da Secretaria de Estado da Emigração sobre as remessas dos emigrantes em França, 18 de Novembro de 1974, Arquivo da Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, 08.01/02.

portugueses multiplicam as visitas em França, junto dos emigrantes. Vários oficiais do MFA deslocam-se a França e mesmo o Presidente da República, Francisco Costa Gomes, faz uma visita oficial a França em Junho de 1975. A delegação do Instituto da Emigração, sediada na rue Dombasle em Paris, também distribuiu informação junto dos emigrantes para dissipar os rumores. Sobretudo, a Secretaria de Estado da Emigração lança a sua própria revista, dirigida a todos os emigrantes portugueses. A revista *25 de Abril* é publicada em Outubro de 1974 e pretende garantir aos emigrantes que os seus interesses não são negligenciados pelo governo português. A primeira edição cita um excerto de um discurso do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves. O oficial português assegura aos emigrantes que o governo cria "condições para que amanhã os vossos filhos e os vossos netos não tenham necessidade de emigrar para o estrangeiro"[120]. Como afirma o editorial da revista, a Secretaria de Estado quer transmitir

> a correcta informação da realidade portuguesa ao emigrante afastado do cenário central da evolução socio-política. Num processo que se pretende de radical transformação, porque democrático, tal preocupação afigura-se-nos salutar e indispensável.
> Salutar, porque nos comprometemos a falar o que é e não o que convém, sem mascarar as deficiências tanto da evolução política em geral, como do nosso trabalho em particular. Indispensável, porque se deseja e se garante uma participação efectiva do emigrante, o principal protagonista, e o mais importante, desta mensagem-diálogo que pretende uma conjugação de esforços, cada mês mais ampla, cada mês mais efectiva[121].

Nas edições sucessivas durante o período revolucionário — com uma interrupção entre Abril de 1975 e Dezembro de 1975, o período mais conturbado da revolução — a revista tenta tranquilizar os emigrantes, explicar as principais mudanças que conheceu o país. Esta publicação dura até 1980, oferecendo aos sucessivos secretários de Estado da emigração uma tribuna para falar aos emigrantes.

Embora o número de publicações tenha diminuído após a Revolução, vários títulos subsistiram, especialmente aqueles ligados ao Partido Comunista Português ou à CGT. *O trabalhador* é publicado até 1979. Nesta data, funde-se com outros títulos da CGT destinados aos trabalhadores imigrantes. Uma imprensa de informação e de entretenimento também sobrevive, mas diminuiu ao longo dos anos, devido a diferentes evoluções estruturais. Por um lado, a primeira geração de emigrantes que veio em França nos anos 1960-1970 envelhece, reforma-se. Alguns regressam a Portugal e muitos falecem. Poucos filhos e netos de portugueses, socializados em França, estão interessados em publicações escritas, total ou parcialmente, em português. No

120 *25 de Abril*, nº 1, Outubro de 1974, p. 2.
121 "Editorial. *25 de Abril*", nº 1, Outubro de 1974, p. 5.

entanto, algumas publicações como *Cap Mag* são dirigidas aos descendentes de portugueses. Por outro lado, os títulos portugueses publicados em França estão sujeitos a diferentes formas de concorrência: a concorrência de jornais importados de Portugal (como *A Bola*). Contudo, esta concorrência é reduzida porque estes jornais são caros e mal distribuídos. Outros meios de comunicação social desenvolveram-se: algumas estações de rádio oferecem programas em português (graças à liberalização das ondas de rádio nos anos 1980) e, nos anos 1990, a televisão portuguesa penetrou nos lares dos emigrantes com a criação da RTP internacional (Cunha, 2009). Finalmente, o desenvolvimento e a massificação da utilização da Internet colocam um novo desafio aos jornais em papel, que estão a perder parte dos seus leitores e receitas (vendas e publicidade). No entanto, alguns jornais, como o *Lusojornal*, adaptam-se a estas mudanças e concentram-se principalmente na sua difusão *online* e na diversificação de conteúdos (como os vídeos e uma presença nas redes sociais). Esta longa história da imprensa portuguesa em França não está, portanto, terminada.

**Referências bibliográficas**


Accornero, G. (2016). *The Revolution before the Revolution. Late authoritarianism and student protest in Portugal*. Berghan.

Ágoas, F. (2013). Narrativas em perspetiva sobre a história da sociologia em Portugal. *Análise social,* 206, 221-256.

Almeida, J. M. (2008). *A Oposição Católica ao Estado Novo (1958-1974)*. Edições Nelson de Matos.

Aranha, A., Ademar, C. (Eds.) (2018). *Memórias do exílio*. Parsifal.

Artières, P., & Zancarini-Fournel, M. (Eds.) (2008). *1968. Une histoire collective*. La Découverte.

Benoits, C., & Benoits, H. (2014). *L'Algérie au cœur. Révolutionnaires et anticolonialistes à Renault-Billancourt*. Syllepses.

Cabral, M. V. de. (2008). A investigação como vocação e como profissão. In M. V. Cabral, K. Wall, S. Aboim & F. C. da Silva (Eds.), *Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS* (pp. 29-47). Imprensa de Ciências Sociais.

Chagas, J. (1929). *Diário de João Chagas (1914)*. Parceria António Maria Pereira.

Cardão, M. (2015). *Fado tropical. O luso-tropicalismo na cultura de massas (1960-1974)*. Unipop.

Cardina, M. (2011). *Margem de certa maneira. O maoismo em Portugal. 1964-1974*. Tinta-da-China.

Castro, V. de (2013). *Discordante e indocumentado. Conversas com Mário Beja Santos*. Não publicado.

Charle, C. (2004). *Le siècle de la presse (1830-1939)*. Seuil.

Chupin, I., Hubé, N., & Kaciaf, N. (2012). *Histoire politique et économique des médias en France*. La Découverte.

Clímaco, C. (1992). *La presse de l'émigration politique portugaise en France — analyse du journal O Salto 1970-1974*. [Dissertação de DEA, Université de Paris VII].

Clímaco, C. (1995). A emigração política portuguesa em França (1927-1940). Fontes e bibliografia. *Penélope*, 16, 153-177.

Clímaco, C. (2017). *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio (1927-1940)*. Colibri.

Clímaco, C. (2020). Le Portugal et la guerre d'Espagne: mise en contexte. *Exils et migrations ibériques aux XXe et XXIe siècles,* 29-30, 14-32.

Collet, V. (2019). *Nanterre, du bidonville à la cité*. Agone.

Cruz, A. da (1996). *Presença Portuguesa*. [Dissertação de mestrado, Université de Paris I.]

Cunha, M. A. da. (2009). *Les Portugais de France face à leur télévision. Médias, migrations et enjeux identitaires*. Presses Universitaires de Rennes.

Cunhal, Á. (1971). *Radicalismo pequeno burguês de fachada socialista*. Edições Avante!

Dard, O. & Sardinha-Desvignes, A. I. (2018). *Célébrer Salazar en France (1930-1974). Du philosalazarisme au salazarisme français*. Peter Lang.

Dreyfus-Armand, G. (1999). *L'exil des républicains espagnols en France. De la guerre civile à la mort de Franco*. Albin Michel.

Escande, S. (1974). É*tude du journal O trabalhador, mensuel de la CGT pour les travailleurs portugais*. [Dissertação de mestrado, Université de Paris I.]

Faria, F. A. (2016). O exílio liberal português de 1828-1832. Um fenómeno multidimensional : práticas sociais e culturais. *Revista de História da sociedade e da cultura*, 16, 271-292. https://doi.org/10.14195/1645-2259_16_12

Farinha, L. (1999). *O reviralho. Revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo*. Estampa.

Ferreira, S. (2016). A emigração portuguesa e os seus meios de comunicação social : breve caracterização. *OEm Working Papers* (n° 2).

Ferreira, S. (2020). *A imprensa militante portuguesa em França: o caso do jornal O Alarme ! (1972-1975)*. In H. Paulo, A. Pena-Rodríguez, C. Clímaco & E. C de los Santos (Eds), *Migrações e exílios no mundo contemporâneo* (pp. 149-176). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Ferro, A. (1933). *Salazar : o homem e a sua obra*. Empresa Nacional de Publicidade.

Ferro, A. (1934). *Salazar, le Portugal et son chef*. Grasset.

Fort, R. D. (2020). Alberto Alexandrino dos santos, un révolutionnaire ibérique pendant la guerre civile espagnole, 1936-1939. *Exils et migrations ibériques aux XXe et XXIe siècles*, 29-30, 107-138.

Freire, J. (2007). *Pessoa comum no seu tempo. Memórias de um médio-burguês de Lisboa na segunda metade do século XX*. Afrontamento.

Garnier, C. (1952). *Vacances avec Salazar*. Grasset.

Garrido, Á (1996). *Movimento estudantil e crise do Estado Novo. Coimbra 1962*. Minerva.

Huguenin, F. (2011). *L'action française. Une histoire intellectuelle*. Perrin.

Jelen, B. (2004). La presse portugaise et maghrébine des années 70, entre communauté et société. *Hommes & Migrations*, 1250, 101-111.

Lala, A. da S. (2007). *L'enjeu colonial dans les relations franco-portugais (1944-1974)*. [Dissertação de doutoramento, Institut d'Etudes Politiques de Paris.]

Lenoir, R. (2003). *Généalogie de la morale familiale*. Seuil.

Lillo, N. (2019). Le Parti communiste d'Espagne et l'immigration 'économique'(1956-1980). *Revue internationale de politique comparée*, 26(2), 107-131.

Lloyd-Jones, S. (2003). Integralismo lusitano: 'made in France'?. *Penélope,* 28, 93-104.

Madeira, J. (2013). *O atentado a Salazar. A Frente Popular em Portugal*. Esfera dos Livros.

Madeira, J. (2013). *História do Partido Comunista português. Das origens ao 25 de abril (1921-1974)*. Tinta-da-China.

Marchi, R. (2009). *Império, Nação, Revolução. As direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974)*. Texto editores.

Marchi, R. (2012). *Les réfugiés français d'extrême-droite au Portugal de Salazar (1945-1974)*. In O. Dard & V. Pereira (Eds.), *Vérités et légendes d'une 'OAS internationale'* (pp. 143-165). Riveneuve.

Marques, A. H. de O. (1978). *Bernardino Machado. Manifestos políticos, 1927-1928*. Europa-América.

Martins, J. O. (1956). *Obras completas. Fomento rural e emigração*. Guimarães editores.

Martins, S. (2018). *Exilados portugueses em Argel. A FPLN das origens à ruptura com Humberto Delgado*. Afrontamento.

Matos, H. (2003). *Salazar. A construção do mito*. Temas e Debates.

Meneses, F. R. De & Oliveira, P. O. (Eds.) (2011). *A 1ª República portuguesa. Diplomacia, guerra e império*. Tinta-da-China.

Meneses, F. R. de (2015). *A Grande Guerra de Afonso Costa*. Dom Quixote.

Meneses, F. R. de (2018). *De Lisboa a La lys. O Corpo Expedicionário Português na Primeira Guerra Mundial*. Dom Quixote.

Mortágua, C. (2013). *Andanças para a liberdade (1961-1974)*. Esfera do Caos.
Mourlane, S. (2002). Le parti communiste français et l'immigration italienne dans les années soixante. *Studi emigrazione/Migrations studies*, 146, 415-426.
Neves, J. (2008). *Comunismo e nacionalismo em Portugal. Política, cultura e história no século XX*. Tinta-da-China.
Neveu, E. (2004). *Sociologie du journalisme*. La Découverte.
Noiriel, G. (2007). *Immigration, antisémitisme et racisme en France (XIXe-XXe siècle). Discours publics, humiliations privées*. Fayard.
Novais, N. M. (2006). *João Chagas. A diplomacia e a guerra, 1914-1918*. Minerva.
Oriol, M. (1985). Du navigateur au prolétaire. L'histoire comme ressource identitaire dans la diaspora portugaise. *Peuples méditerranéens*, 31-32, 203-215.
Pereira, J. P. (1993). *A sombra: estudo sobre a clandestinidade comunista*. Gradiva.
Pereira, J. P. (1999). *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*. Vol.1, 'Daniel', o jovem revolucionário. Temas e debates.
Pereira, J. P. (2008). *'O um dividiu-se em dois': Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-1965)*. Alêtheia.
Pereira, J. P. (2013). *As armas de papel. Publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política (1963-1974)*. Temas e Debates/Círculo de Leitores.
Pereira, J. P. (2015). *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*. Vol. 4, O secretário-geral. Temas e debates/Círculo de leitores.
Pereira, V. (2003). Os exiliados políticos portugueses en Francia entre 1958 e 1974. *Estudios Migratorios*, 15-16, 121-157.
Pereira, V. (2006), Émigration, résistance et démocratisation. L'émigration portugaise au crépuscule de l'Estado Novo. *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 37(1), 219-240.
Pereira, V. (2010). Ni héros ni escrocs : les passeurs portugais (1957-1974). *Plein Droit*, 84, 12-17.
Pereira, V. (2014a). *A ditadura de Salazar e a emigração. O Estado português e os seus migrantes (1957-1974)*. Temas e Debates/Círculo de leitores.
Pereira, V. (2014b). Portugais en lutte : une mobilisation paradoxale. *Plein Droit*, 100, 40-44.
Pereira, V. (2014c). Quel 25 avril pour les émigrés ? L'Etat portugais et les migrants en France pendant la Révolution des Œillets, *Migrance*, 43, 43-55.
Pereira, V. (2015). La société portugaise face aux guerres coloniales (1961-1974). *Cahiers d'histoire immédiate*, 48, 35-58.
Pereira, V. (2016). La Selecção portugaise, entre dictature, propagande coloniale et horizon européen. In F. Archambault, S. Beaud & W. Gasparini (Eds.), *Le football des nations. Des terrains de jeu aux communautés imaginées* (pp. 51-74). Publications de la Sorbonne.
Pereira, V. (2017a). Concéder le départ des travailleurs pour entrer en guerre. Les négociations de la convention de main-d'œuvre franco-portugaise du 28 octobre 1916. In *Centenaire de la première convention franco-portugaise de main-d'œuvre civile et militaire du 28 octobre 1916* (pp. 79-92). Comité français Sousa Mendes.
Pereira, V. (2017b). La mémoire de l'émigration portugaise : une mémoire de héros?. *Hommes & Migrations*, 1317-1318, 37-43.
Pereira, V. (2017c). O exílio dos comunistas portugueses em França (1950-1974). In R. Villares & X. M. Núñez Seixas (Eds.), *Os exilios ibéricos : unha ollada comparada no 70 anos da fundación do Consello de Galiza* (pp. 251-266). Consello da Cultura Galega.
Pereira, V. (2018). Trier et inspecter les travailleurs étrangers : les dépôts de travailleurs portugais dans le Pays basque de 1916 à 1940. In L. Dornel (Ed.), *Passages et frontières en Aquitaine : Expériences migratoires & lieux de transit* (pp. 103-122). Presses Universitaires de Pau et des Pays de l'Adour.
Pereira, V. (2020). Les Portugais en France pendant mai-juin 1968. *Revista de História das Ideias,* 38, 269-305.
Pinto, A.C. (1982). A formação do integralismo lusitano (1907-1917). *Análise social*, 72-73-74, 1409-1419.
Pinto, A. C. (1992). *O salazarismo e o fascismo europeu : problemas de interpretação nas ciências sociais*. Estampa.
Pinto, P. F. (2011). *Na sombra do poder. Uma nova visão de um Portugal revolucionário pelo porta-voz de Marcello Caetano*. Dom Quixote.
Poinsard, L. (1910). *Le Portugal inconnu*. Aux bureaux de la Science sociale.
Ramos, R. (1988). Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise social*, 103-104, 1067-1145.
Ramos, R (1998), O chamado problema do analfabetismo: as políticas de escolarização e a persistência do analfabetismo em Portugal (séculos XIX e XX). *Ler História*, 35, 45-70.
Ramos, V. (1972). *A edição de língua portuguesa em França (1850-1850)*. Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português.
Rato, C. F. (2016). *De nulle part nous ne sommes et nous sommes ici!*. Le livre en papier.
Rosental, P. A. (2011). Migrations, souveraineté, droits sociaux. Protéger et expulser les étrangers en Europe du XIXe siècle à nos jours. *Annales. Histoire, Sciences sociales*, 66(2), 335-373.
Salazar. A. de O. (1998). *Inéditos e dispersos*, vol. 2, *Estudos económico-financeiros (1916-1928)*. Bertrand.
Santo, I. E. (2020). L'évolution d'O Imigrado Português au gré des logiques historico-politiques. In H. Paulo, A. Pena-Rodríguez, C. Clímaco & E. C de los Santos (Eds), *Migrações e exílios no mundo contemporâneo* (pp.177-200). Imprensa da Universidade de Coimbra.
Santos, B. de S. (1990). *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. Afrontamento.
Santos, M. A. D. (2009). *Antiliberalismo e contra-revolução na Primeira República (1910-1919)*. [Dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra.]
Sardinha-Desvignes, A. I. (2017). Francisco Homem Cristo Filho (1892-1928), un nationaliste portugais dans le siècle. In O. Dard, D. Musiedlak & E. Anceau (Eds), *Être nationaliste à l'ère des masses en Europe (1900-1920)* (pp.241-264). Peter Lang.
Serrano, C. I. C. da S. de M. (2013). *'Arte de falar e arte de estar calado'. Augusto de Castro : Jornalismo e diplomacia*. [Dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra.]
Silva, D. M. da (2006). *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro (1956-1974)*. Imprensa de Ciências Sociais.

Sousa, J.P. (2019). Portugal na Guerra : uma revista de info-propaganda. In J. G.de Freitas, J. C. Cardoso & P. Reis (Eds), *A Primeira Guerra Mundial. Na Batalha de la Lys* (pp. 215-221). Universidade Fernando Pessoa.

Sternhell, Z. (1972). *Maurice Barrès et le nationalisme français*. Presses de Sciences Po.

Sternhell, Z. (2000). *La droite révolutionnaire (1885-1914). Les origines françaises du fascisme*. Fayard.

Tanguy, J. F. (2002). Les réfugiés portugais dans l'Ouest de de 1829 à 1834: l'émigration politique d'une élite. Autorités nationales, autorités locales et populations face à un phénomène nouveau. *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest*, 109(4), 59-78.

Teixeira, N. S. (1996). *O poder e a guerra (1914-1918). Objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*. Estampa.

Trindade, L. (2008). *O estranho caso do nacionalismo português. O Salazarismo entre a literatura e a política*. Imprensa de Ciências Sociais.

Valente, V. P. (2006). *Um herói português. Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*. Alêtheia.

Vaz, C. N. S., & Vaz, J. N. (Eds.) (2010). *Padre Carlos Vaz : uma vida de serviço*. Candeias Artes Gráficas.

Viguier, A. (2020). *Le PCF à Renault Billancourt. Force et crise d'un symbole ouvrier (1944-1992)*. Arbre bleu.

Vigna, X. & Zancarini-Fournel, M. (2009). Les rencontres improbables dans 'les années 68'. *Vingtième siècle. Revue d'histoire*, 101, 163-177.

Volovitch-Tavares, M. C. (1995). Les Portugais dans la région parisienne depuis la fin de la Deuxième Guerre mondiale jusqu'en 1974. In A. Marès, P.Milza (Eds.), *Le Paris des étrangers depuis 1945* (pp.73-94). Publications de la Sorbonne.

Wiarda, H. (1977). *Corporatism and development. The portuguese experience.* The University of Massachussets Press.